

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSI
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

DAMOSIEL LACERDA DE ALENCAR
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Chicão da Silveira - PDT
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Suplentes:
1º - Deputado Sargento Damosiel - PRP
2º - Deputada Aurelina Medeiros - PSDB

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank - PMN
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Remídio Monai - PR

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Chicão da Silveira - PDT

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz - PV
Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Brito Bezerra - PP
Deputado Marcelo Natanael - PRB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Flamarion Portela - PTC

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela - PTC
Deputado Remídio Monai - PR
Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Marcelo Natanael - PRB

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Coronel Chagas - PRTB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputada Aurelina Medeiros - PSDB
Deputado Dhiego Coelho - PSL

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço - PSB
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Naldo da Loteria - DEM
Deputada Ângela Águida Portella - PSC
Deputado Brito Bezerra - PP

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Ionilson Sampaio - PSB
Deputado Marcelo Cabral - PPS
Deputado Sargento Damosiel - PRP
Deputado Erci de Moraes - PPS
Deputado Soldado Sampaio - PC do B

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú - PSL
Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Jalsler Renier - DEM
Deputado Soldado Sampaio - PC do B
Deputado Jean Frank - PMN

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho - PSL
Deputado Célio Wanderley - DEM
Deputado Mecias de Jesus - PRB
Deputado Rodrigo Jucá - PMDB
Deputado Remídio Monai - PR

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resolução de Afastamento nº 143/2012 2

Atos Legislativos

Projeto de Lei nº 016/2012 2

Projeto de Lei nº 017/2012 2

Ata da 2107ª Sessão Ordinária 3

Ata da 2091ª Sessão Ordinária na Íntegra 3

Ata da 2092ª Sessão Ordinária na Íntegra 13

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das

Minorias - Termo de Reunião nº 001/2012 18

Ata de Reunião da Comissão de Agricultura,

Pecuária e Política Rural 18

Ata de Reunião da Comissão de Constituição,

Justiça e Redação Final 18

Ata de Reunião da Comissão de Constituição,

Justiça e Redação Final 19

Ata de Reunião Conjunta das Comissões Permanentes 20

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERALPraça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação GeralVICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS**RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO
E SUPRIMENTOS DE FUNDOS****RESOLUÇÃO Nº 143/2012**

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE**AUTORIZAR** o afastamento do servidor **LINDOMAR PEIXOTO COUTINHO, Assessor Parl. III** para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, com a finalidade de participar da reunião dos PROCONS ASSEMBLEIA, no Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor - DPDC do Ministério da Justiça, no período de 15.04 a 17.04.2012, a serviço desta Assembleia Legislativa Estadual.

Palácio Antônio Martins, 12 de abril de 2012

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**Presidente****Deputado JALSER RENIER PADILHA****1º Secretário****Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI****2º Secretário****ATOS LEGISLATIVOS****PROJETO DE LEI****PROJETO DE LEI Nº 016 DE 11 DE ABRIL DE 2012.**

“Altera dispositivos das Leis nº 053, de 6 de dezembro de 1993, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CEDCAR/RR; nº 126, de 9 de maio de 1996, que cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher - CEDDIM; nº 753, de 28 de dezembro de 2009, que dispõe sobre a criação e composição do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência - COEDE/RR; e nº 317, de 31 de dezembro de 2001”.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA:Faço saber que a Assembleia aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Palácio Senador Hélio Campos/RR, 11 de abril de 2012.**JOSÉ DE ANCHIETA JUNIOR**

Governador do Estado de Roraima

PROJETO DE LEI Nº 017/12

Autoriza o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção e Tratamento da Obesidade Infantil nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado de Roraima.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE RORAIMA,

Faço saber que a Assembleia Legislativa aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a instituir o Programa de Prevenção e Tratamento da Obesidade Infantil nas instituições de ensino públicas e privadas do Estado de Roraima.

Art. 2º As instituições de ensino públicas e privadas deverão instituir o Programa de Prevenção e Tratamento da Obesidade Infantil com o objetivo de promover hábitos de vida saudável entre os alunos, enfatizando a necessidade de alimentação equilibrada e a prática regular de atividade física, através dos seguintes critérios:

I - realização de exames capazes de diagnosticar a presença de sobrepeso ponderal ou de indicativos da predisposição à obesidade;

II - orientação e acompanhamento da instituição e dos pais ou responsáveis no sentido de possibilitar o crescimento saudável dos alunos;

III - avaliação do condicionamento físico dos alunos;

IV - avaliação da merenda escolar, instituindo uma alimentação saudável e adequada no ambiente escolar;

V - auxílio na escolha de atividades físicas de modo a motivar o aluno a desenvolver suas aptidões; e

VI - estímulo e desenvolvimento de ações educativas destinadas às crianças, sobre as causas e consequências da obesidade.

Art. 3º Para fins de eficácia desta Lei, as instituições de ensino públicas e privadas estaduais serão obrigadas a realizarem avaliação física nos alunos entre 07 (sete) e 14 (quatorze) anos de idade, a cada 06 (seis) meses, notificando seus pais ou responsáveis sobre o resultado.

§ 1º Os alunos deverão ser submetidos a testes de antropometria, avaliação de valências físicas, avaliação postural e somatotipológica.

§ 2º Considera-se, para fins do disposto nesta Lei:

I - teste de antropometria: aquele utilizado para determinar medidas corporais lineares (longitudinais ou alturas e transversais ou diâmetros); circunferências ou perímetros; massa ou peso; porcentagem de gordura ou de músculo, vísceras e ossos, através das dobras cutâneas feitas com plicômetro ou através da bioimpedância com o uso de corrente elétrica;

II - avaliação de valências físicas: são informações quantitativas, colhidas através de testes (flexibilidade, equilíbrio e resistência), que possam propiciar uma avaliação do desempenho de cada aluno após determinado período de tempo;

III - avaliação postural: aquela que consiste em determinar e registrar, se possível através de fotografias, os desvios posturais ou atitudes posturais erradas dos indivíduos, desde problemas na coluna até desvios nos joelhos e pés;

IV - avaliação somatotípica: consiste na verificação da constituição física do avaliado feita de forma empírica, através de observação.

Art. 4º As instituições de ensino públicas e privadas deverão realizar reuniões trimestrais com os pais ou responsáveis dos alunos repassando as causas, consequências, modos de prevenção e tratamento da obesidade infantil.

Art. 5º Como forma de incentivar a reeducação alimentar, as instituições de ensino deverão promover ações específicas contando com o acompanhamento de médicos, nutricionistas e psicólogos.

Parágrafo único. Deverá ser realizada ampla divulgação do evento, com antecedência, para que a instituição, alunos, pais e responsáveis, entre outros, possam tomar conhecimento e participar das atividades propostas.

Art. 6º Tornando-se evidente a obesidade ou sobrepeso ponderal, após as avaliações necessárias, a criança juntamente com seus pais ou responsáveis serão orientados e encaminhados a comparecer aos órgãos ou entidades da rede pública de saúde, para consultas, exames e acompanhamento nutricional adequados às necessidades de cada um.

Art. 7º O incentivo à alimentação saudável e a frequência de exercícios físicos deverá ser reforçada durante todo o ano letivo, como também o encaminhamento da criança, quando necessário, às respectivas áreas relacionadas ao diagnóstico e tratamento da obesidade.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das sessões, 11 de abril de 2012

FLAMARION PORTELA

Deputado Estadual

ATAS PLENÁRIO - SUCINTA

ATA DA SEGUNDA MILÉSIMA CENTÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO TERCEIRO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às nove horas do dia onze de abril de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima centésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro Período Legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente em exercício, Deputado **Coronel Chagas**, declarou aberta a Sessão, convidando o Senhor Deputado **Ionilson Sampaio** para atuar como Segundo Secretário *ad hoc* e solicitando-lhe proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Prosseguindo, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado **Jalser Renier**, proceder à leitura do Expediente. **RECEBIDO DOS DEPUTADOS:** Ofício nº 007/12, de 10/04/12, do Deputado Marcelo Cabral, comunicando sua ausência às Sessões Ordinárias dos dias 17, 18 e 19/04/12; Requerimento nº 001/12, de autoria do Deputado Erci de Moraes, solicitando prorrogação de prazo, por igual período, de funcionamento da Comissão Especial Externa criada pela Resolução nº 038/11, para analisar e emitir Parecer à Proposta de Emenda Constitucional nº 008/2011. **EXTERNO:** Ofício nº 430/2012, do Conselho Federal de Administração, informando os resultados dos eventos internacionais do sistema CFA/CRA, realizados em 2011. Carta s/n, de 20/04/12, da Confederação Brasileira de Futebol, informando que o senhor José Maria Marin assumiu a Presidência da Confederação de Futebol. Carta s/n, de 03/04/12, da TV Cidade Boa Vista, solicitando colaboração para a primeira campanha solidária da emissora. Ofício nº 112/2012, de 04/04/12, da União Nacional dos Legisladores Estaduais, agradecendo pela acolhida em visita a esta Casa de Leis, no dia 21/03/12. Ofício nº 056/12, de 09/04/12, do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima, enviando exemplar do Jornal Interno do INMETRO. **GRANDE EXPEDIENTE:** Não houve orador. **ORDEM DO DIA:** O Senhor Presidente em exercício anunciou para a pauta da Ordem do Dia a discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 027/11, que “dispõe sobre a inclusão da disciplina Educação para o Trânsito no currículo do Sistema de Ensino Estadual e dá outras providências”, de autoria do Deputado Remídio Monai; do Projeto de Lei nº 075/11, que “dispõe sobre os direitos básicos dos Servidores Públicos Temporários e Comissionados, no âmbito do Estado de Roraima”, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá; do Requerimento de Pedido de Informação nº

005/12, a ser encaminhado ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Saúde, Leocádio Vasconcelos Filho; e, em primeiro turno, do Projeto de Lei Complementar nº 005/2012, que “acrescenta dispositivos à Lei Complementar Estadual nº 051/01, que dispõe sobre a Carreira, a Remuneração e o Quadro de Organização e Distribuição do Efetivo da Polícia Militar do Estado de Roraima e dá outras providências”; de autoria Governamental. Continuando, o Senhor Presidente em exercício informou que, por falta de quorum regimental para deliberação das matérias, a pauta da Ordem do Dia foi transferida para a próxima Sessão. Em seguida, nominou os Senhores Deputados que estão de Resolução: Brito Bezerra, Gabriel Picanço, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Rodrigo Jucá. **EXPLICAÇÕES PESSOAIS:** O Senhor Deputado **Jalser Renier** solicitou à Mesa Diretora as devidas providências para que o setor financeiro faça o desconto dos subsídios dos Senhores Deputados Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Dhiego Coelho, Jânio Xingú, Marcelo Natanael, Remídio Monai e Sargento Damosiel, ausentes à Sessão, conforme Resolução aprovada nesta Casa e orientação dos próprios Deputados. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente em exercício encerrou a Sessão, convocando outra para o dia 12, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Á. Portella, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral e Soldado Sampaio.**
Aprovada em: 12/04/12

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2091ª SESSÃO, EM 29 DE FEVEREIRO DE 2012.
44º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DA SENHORA AURELINA MEDEIROS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia vinte e nove de fevereiro de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima Primeira Sessão Ordinária do quadragésimo quarto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (Remídio Monai) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação.

A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

.RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

.Memorando nº 004/12, de 28/02/12, da Deputada Ângela Águda Portella, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 28/02/12.

.Ofício nº 007/12, de 28/02/12, do Deputado Soldado Sampaio, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 28/02/12.

.Indicação s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, ao Governador do Estado, solicitando “Extinção das seguintes Secretarias: Secretaria Extraordinária de Articulação Institucional e Promoção de Investimento – SEAPI; Secretaria Extraordinária de Projetos Especiais – SEPE; e Secretaria Extraordinária de Apoio à Gestão Integrada – SEAGI”.

.Indicação s/nº, de autoria do Deputado Brito Bezerra, ao Governador do Estado, solicitando “Criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo”.

.Requerimento de Informação s/nº, do Deputado Soldado Sampaio. Requerimento de Informação s/nº, do Deputado Soldado Sampaio.

.EXTERNOS:

.Ofício nº 016/12, de 03/01/12, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnica e Científica nº 111/11 - Estado de Roraima/SECD/Centro de Educação Técnica e Especializada de Roraima – CETERR.

.Ofício nº 79/12, de 06/01/12, da Diretoria de Polícias Penitenciárias, informando celebração de convênio entre o Ministério da Justiça e o Estado de Roraima, objetivando o Projeto

“Aparelhamento de 02 Unidades Básicas de Saúde no Sistema Prisional do Estado de Roraima”.

.Ofício nº 047/12, de 17/01/12, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Convênio de Cooperação Técnica e Científica nº 112/2011 – Estado de Roraima/SECD/Centro de Educação Técnica e Especializada de Roraima – CETERR.

.Ofício nº 056/12, de 23/01/12, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Convênio nº 110/2011 – Estado de Roraima/SECD/Universidade Federal de Roraima – UFRR.

.Ofício nº 057/12, de 23/01/12, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foi celebrado o Acordo de Cooperação nº 002/11 – Estado de Roraima/SECD/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN.

.Ofício CSSAS 199/2012, de 23/01/12, da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, solicitando que seja criada uma Frente Parlamentar para propor políticas públicas no sentido de diminuir a transmissão do vírus HIV/AIDS, e melhorar a qualidade de vida de seus portadores.

.Ofício nº 198/12, de 01/02/12, da Secretaria de Estado da Segurança Pública, informando a titularidade da Pasta daquela Secretaria.

.Ofício Circular nº 001/12, de 02/02/12, da Secretaria de Estado da Justiça e da Cidadania, informando que através do Decreto nº 112-P, de 31/01/12, a nomeação do Senhor Eliéser Girão Monteiro Filho como Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania do Estado de Roraima – SEJUC/RR. Ofício Circular nº 001/12, de 08/02/12, da CODESAIMA, informando a nomeação de Diretor Presidente daquela Companhia.

.Ofício Circular nº 001/12, de 09/02/12, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo, informando que já se encontra em funcionamento o Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Roraima – CAU-RR.

Senhora Presidente, era o que constava no Expediente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) – Procedida à chamada.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, meu cordial bom-dia. Senhora Presidente, gostaria de ler um trecho da Mensagem Governamental para o exercício de 2012, lida pelo Senhor Vice-Governador, Francisco Rodrigues, no dia 15 de fevereiro de 2012: “Tenho a honra de apresentar a Mensagem do Governo na abertura do ano legislativo, as minhas palavras são de respeito a esse Parlamento, compromisso com o povo e com a capacidade de construir um Estado. Eu gostaria de frisar: “Um Estado em que o bem-estar da maioria seja a prioridade de cada um de nós”. Esse é o trecho de abertura da Mensagem Governamental do exercício de 2012 pelo Governador em exercício.

Tendo em vista, Senhoras e Senhores Deputados, que, segundo o Governador, o bem-estar da maioria é a prioridade deste Governo, eu gostaria de falar sobre minhas indicações, lidas, agora há pouco, pelo Primeiro Secretário Chicão da Silveira. Eu fiz a indicação para a extinção de três Secretarias Extraordinárias de Articulação Institucional e promoção de Investimentos -SEAP; de Projetos Especiais – SEP e de Apoio à Gestão Integrada. E, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, fiz um estudo profundo dessas secretarias e, constatei que a Secretaria de Projetos Especiais na Mensagem Governamental nº 30 que pede a sua prorrogação. Gostaria de frisar que as demais mensagens, que pedem prorrogação das outras duas Secretarias Extraordinárias, contém o mesmo texto: “A Secretaria de Estado Extraordinária de Projetos Especiais vem desempenhando papel importante na articulação, e cita o nome da secretaria”. Por fim, Deputado Rodrigo Jucá, encerra confirmando dessa forma a finalidade para que fora criada, ou seja, é o mesmo teor da mensagem para a prorrogação das três secretarias. Na linguagem tecnológica dos experts em computação foi dado apenas um Ctrl C / Ctrl V e se copiou uma mensagem governamental para a prorrogação de uma nova secretaria.

O gasto com a folha de pagamento no ano de 2011 foi de aproximadamente novecentos e nove mil, oitocentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos, ou seja, quase um milhão de reais gastos com folha de pagamento de dez servidores, enquanto, servidores que atuam na secretaria de saúde, na educação, na segurança brigam, clamam pelos seus salários. O Governo do Estado com 10 servidores apenas

gasta quase um milhão com uma Secretaria Extraordinária.

Deputado Flamarion Portela, tirando o salário do Secretário que é de quatorze mil reais e do Secretário Adjunto que é de dez mil reais, sobra um salário mensal de seis mil, quatrocentos e quarenta reais para cada servidor daquela secretaria, enquanto, os servidores que realmente trabalham não estão recebendo. Gostaria de frisar aqui que esta Secretaria não possui telefone fixo, Senhor Presidente, conforme informado pelo próprio cerimonial do Governo que, para contato foi passado o número do celular de uma Secretária a qual sequer atende o telefone. A Secretaria Extraordinária de Apoio à gestão Integrada está na mesma situação, cuja folha de pagamento é de setenta e quatro mil, setecentos e quarenta reais no ano de 2011, com apenas 11 servidores, ou seja, se tirar o salário do Secretário de R\$ 14.000,00, o do sub-Secretário de R\$10.000,00, dá mais ou menos um salário de R\$ 5.600,00 para cada servidor que está lotado naquela pasta. Eu gostaria de saber se algum Deputado da base do Governo ou mesmo da base de oposição sabe o nome do Secretário da Secretaria Extraordinária de Apoio à Gestão Integrada porque não conseguimos entrar em contato com esse Secretário. Obrigado, Deputado Chicão, mas não é o ex-Deputado Federal Luiz Barbosa, Vossa Excelência errou. É o Senhor Secretário Marcelo Hipólito Moreira Neto, ex-cunhado do Governador do Estado. É outra Secretaria extraordinária que foi criada também para acomodar esse político da base de apoio do Governo. Deputado Chicão da Silveira, eu sei que Vossa Excelência esforçou, mas são muitos secretários extraordinários. E, eu fiz questão, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, buscar a folha de pagamento das três Secretarias Extraordinárias, que, juntas, são quase três milhões de reais anuais, Deputado Coronel Chagas, onde acomodam trinta pessoas somente, deixando de acomodar e de atender serviços essenciais. As três secretarias não possuem sede própria e funcionam no prédio que também é a vice-Governadoria em uma sala que se encontra fechada, fomos informados que é utilizada pelas três secretarias extraordinárias, onde tem um servidor somente para atender as três.

Senhor Deputado Flamarion, não foi sequer desempenhado uma ação por nenhuma das três secretarias extraordinárias, cujo prazo foi prorrogadas aqui, por esta Casa na gestão do Governador José de Anchieta Junior. Então, tendo em vista a Mensagem Governamental, o dever deste governo é zelar e trabalhar por todos essa Indicação que é válida para a extinção de todas as secretarias extraordinárias que acomodam o irmão da Primeira-Dama, o Senhor Marcelo; o ex-cunhado do Governador, um ex-Deputado Federal e mais 28 pessoas com salários exorbitantes. É um custo de quase três milhões de reais, anual para o bolso do contribuinte deste Estado.

Eu também fiz uma Indicação ao mesmo tempo que eu peço a extinção dessas três secretarias eu faço uma indicação para a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Indústria, Comércio e Turismo. Estivemos ontem debatendo com correntes ligadas ao setor industrial e ao Governo do estado, presidido pelo Deputado Gabriel Picanço, conforme em todos os debates, todos foram unânimes em dizer que a saída para o nosso Estado é através do setor produtivo. É necessário que se crie infraestrutura no setor produtivo, mas é necessário também desenvolver ações no sentido de industrializar. E o turismo é uma das saídas para o nosso Estado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado ao Senhor Deputado Jânio Xingú – Informar a Vossa Excelência que o Marcelo não é irmão da Primeira-Dama, e que o discurso de Vossa Excelência é muito bonito, mas Vossa Excelência está pedindo ao Governo do Estado extinguir as três Secretarias Extraordinárias, e ao mesmo tempo Vossa Excelência está indicando ao Governo do Estado criar mais uma. Então, há uma contradição no seu discurso. O Seu discurso é bom, o Senhor está fazendo uma oposição decente. Acho, porém, que as coisas precisam ser analisadas. Se essas secretarias de estado são extraordinárias e foram criadas, é porque há algum objetivo, alguma relevância para ajudar o Governo do Estado em alguma área.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Obrigado, Deputado Xingú, mas ao mesmo tempo eu desafio Vossa Excelência apresentar uma só ação de uma dessas três Secretarias no ano de 2011, que venha atender as necessidades do povo do nosso Estado. Obrigada, Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Presidente, Senhoras e senhores Deputados, imprensa, servidores desta casa, minhas senhoras e meus senhores.

Estamos iniciando mais um ano de mandato neste poder, imbuídos de bons propósitos e boa vontade em buscar o melhor para o nosso Estado se desenvolver. São compromissos que em momento

algum devemos esquecer, pois, o nosso papel é, acima de tudo, proporcionar melhor qualidade de vida para o nosso povo.

Nas diversas vezes em que ocupei a Tribuna desta Casa em 2011, procurei levar ao conhecimento de todos os problemas encontrados na saúde, educação, segurança, estradas, agricultura entre outros. Bem como em cada situação apresentei indicações nesta casa solicitando ao governo do estado que as providências fossem tomadas.

Infelizmente o povo do estado não obteve respostas, e o sofrimento e as incertezas continuam a fazer parte principalmente do homem do campo que tanto sofre com a falta de apoio e incentivo por parte do poder público.

Em 2012, continuarei incansável na busca do que é necessário para uma melhor qualidade de vida para o nosso povo que hoje tem poucas esperanças de dias melhores.

Gostaria, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, que o Governo do Estado desse uma resposta às indicações que apresentei não para este Parlamentar que vos fala, mas para a população para que saiba do verdadeiro compromisso do governo na busca do desenvolvimento do Estado.

Quero, Senhor Presidente, ocupar esta tribuna para defender o Projeto de Lei nº 005, que dispõe sobre obrigações contraídas no âmbito da administração estadual direta e indireta e dá outras providências.

A administração pública Estadual, Direta e Indireta, necessita agir com transparência em seus atos, atendendo aos princípios constitucionais aplicáveis ao poder público.

Logo, todos devem ser tratados igualmente no momento da liquidação dos compromissos contratados pela administração pública, observando-se a ordem de entrega do documento fiscal hábil para o recebimento do crédito.

É necessária a fixação de datas para recebimento das faturas com a ordem de protocolo no órgão competente, no qual constará a ordem de ingresso do pedido pelo credor.

De acordo com os princípios da transparência, da razoabilidade e da igualdade, o órgão competente tem o tempo hábil para confeccionar a relação dos credores em ordem e torná-la pública para que todos possam ter acesso.

Ademais, prevê a responsabilização da autoridade ou do servidor que proceder de forma diferente do disposto nesta lei e nos princípios constitucionais.

Por fim, não havendo saldo financeiro suficiente para atender a todos os credores naquele mês de apresentação das correspondentes faturas, assegura-se prioridades para mês seguinte em relação ao saldo anterior, mas proibindo novas contratações sem a devida cobertura financeira, especialmente para pagamento com recursos próprios do Estado.

A aprovação e sanção desse projeto, Senhor Presidente, possibilitará aos empresários programar seus vencimentos, garantindo assim maior agilidade na execução dos contratos, pagamento de fornecedores e colaboradores de modo que, nem governo, nem fornecedores, acumulem dúvidas, que impossibilitem o desenvolvimento do Estado.

Quero pedir aos nobres Deputados que deem um voto de confiança na aprovação desse projeto e que a bancada de sustentação ao governo intervenha para que seja sancionado.

Senhor Presidente, gostaria que ficasse registrado nos Anais desta Casa a minha preocupação com relação a um trecho de aproximadamente 80 quilômetros da BR 174, sentido Pacaraima.

Devido à realização da festa denominada Micaraima que acontecerá nos dias 09 e 10 de março, haverá grande fluxo de veículos para o referido município, gostaria que algumas providências fossem tomadas para evitar transtornos por acidentes devido as péssimas condições desse trecho da estrada. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidente, senhoras e Senhores Deputados, desejo um profícuo ano legislativo, que possamos trabalhar bastante, conviver na absoluta harmonia.

Mas, Senhora Presidente, tive a oportunidade de participar da comissão que sabatinou o Presidente do IPER, o ex-Deputado Rodolfo Braga, naquela ocasião, ele afirmou que não haveria nenhuma intenção de retirar dinheiro da IPER da Caixa Econômica, para aplicar em qualquer outro fundo. Pois, bem, foram retirados 180 milhões de reais da Caixa Econômica para aplicar em outros fundos. Foi com ajuda de especialistas, mas não especialista na área, pesquisei e trago ao conhecimento dos Deputados alguns detalhes importantes. Primeiro, a Caixa Econômica, Deputados Erci e Joaquim, tem um capital social integralizado, de 2.943.428.518,69 Reais, e esse capital é absolutamente pertencente à União. A Caixa Econômica ainda é um capital fechado, por conseguinte, ela só vai à falência se a União

quebrar. Pois bem, estou dizendo capital da Caixa Econômica onde o dinheiro estava aplicado para mostrar que o dinheiro, retirado de lá, foi aplicado no fundo chamado FDI, diferencial renda fixa, que tem um capital no valor 377 milhões, mas foi aplicado também em outro Fundo, Deputado Ionilson, Ático Renda Fundo Institucional, firma B, de 43.000.000,00 de reais somente, e recebeu um volume extraordinário. Mas tem uns detalhes relevantes, Deputado Brito, a Caixa Econômica cobra, e cobrou durante todo esse período uma taxa de administração de 0,2%, o Fundo Diferencial está cobrando do Governo agora 2,5% e o outro 2%, ou seja, a taxa de administração cobrada por este fundo que é doze vezes maior, que a taxa de administração cobrada pela Caixa Econômica Federal. Vamos aos rendimentos. Eu pesquisei aqui um mês. Primeiro, me preocupei em pesquisar um mês, do dia 26/12/2011 ao dia 24/01/2012. Rendimento da Caixa Econômica nesse mês, foi de 1,5538%, rendimento do Fundo FDI diferencial de 1,04%, e o outro 1,26%, ou seja, o rendimento de um mês foi de quarenta por cento menor do que pagou a Caixa, é fato. Mas, claro, pesquisar apenas um mês é temerário, só um mês, uma amostragem tão pequena. Então, fui pesquisar dois anos, Deputado Joaquim, do dia 07/01/2010 ao 24/01/2012. Pesquisei dois anos. Aqui está a tabela de rendimento de ois anos, mês a mês, durante dois anos, para ver o comportamento pago pela Caixa, e ver o comportamento pago pelo fundo onde o Governo depositou o dinheiro. Pois bem, durante dois anos, a Caixa Econômica rendeu 26,6243%, renda líquida; o fundo rendeu 23,398%, enquanto a taxa de administração é doze vezes menor, nesses dois anos, o rendimento foi mais de 10% menor. Quer dizer, há um comportamento claro de uma tendência de rendimento menor do que o da Caixa, sem falar no risco astronômico que é realmente assustador. Então, pesquisei um mês, e pesquisei dois anos, realmente me assustei com o que vi. Tive a oportunidade também de pesquisar onze fundos aleatoriamente, desses onze que eu pesquisei só um rendeu mais do que a Caixa Econômica Federal, todos os onze que coincidentemente pesquisei, renderam menos que a Caixa. Claro, que existem muito mais fundos. Tenho um amigo meu que diz algo que vou plagiá-lo. Procurei entender a lógica do raciocínio do meu amigo. Se eu analisar meu cérebro, do Deputado Dhiago, do Deputado Sampaio, constaremos algo em torno de 100 bilhões de neurônios, qualquer ser humano tem algo em torno de 100 bilhões de neurônios. Então, se alguém usar um neurônio, um e somente um neurônio, não faria o que foi feito aqui. Não há nenhuma explicação técnica aqui, nada comprovado através de documento, pesquisado na Comissão de Valores Imobiliários, com regulamento de cada fundo, registrado na Comissão de Valores Imobiliários, estão aqui os fundos com seus registros. E agora, vou destacar algo que é muito preocupante também. Solicitado o pedido de resgate das cotas, o prazo entre a solicitação e a data da sua conversão será dividida em duas etapas. Trinta e seis meses após a solicitação serão pagos 50%, e quarenta e oito meses após a solicitação, será pago o restante. Se o Governo resolver retroagir e for lá pedir, só daqui a sete anos. Olha o que diz no regulamento. Algo temerário. Os cotistas, ao fazer aplicação neste fundo, estarão expostos ao risco da perda de capital investido não contendo garantia da administradora de qualquer mecanismo de seguro ou ainda fundo garantidor de crédito. Portanto, ao pesquisar, quanto mais me aprofundava na pesquisa, Deputado Erci, mais ficava sem entender, e cada vez mais convencido da brincadeira do meu amigo. Se tivesse usado apenas um neurônio dos seus cem bilhões de neurônios, com certeza, não faria isso.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Quero me pronunciar, em aparte a Vossa Excelência, em relação ao tema tão importante, pois trata-se do dinheiro do servidor público do Estado de Roraima. Deputado Flamarion, vou citar alguns trechos do discurso do Governador, quando nós, Deputados da oposição, começamos a denunciar, os servidores se reuniram para pedir ao Governador que não fizesse, o Governador disse que a oposição estava tramando contra ele e que ele não iria fazer isso. Vou ler alguns trechos do discurso do Governador na época. “ O dinheiro da previdência dos servidores, trato como algo sagrado, o assédio é muito grande para que as aplicações possam sair para bancos particulares, mas esse assédio acontece no País inteiro com todos os Governadores. A gente pode transferir mas eu não quero, o dinheiro vai ficar aplicado no banco do Brasil e na Caixa. Todos os presidentes dos sindicatos podem ficar tranquilos, não precisam perder tempo com mobilização. Vão trabalhar que é melhor”. O Governador diz que pode mas que ele não quer. Então, quem obrigou o Governador a fazer, quem pode mais que o Governador, que tirou o dinheiro do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal onde a taxa de administração mensal é de 0,20% ao mês para transferir

para um banco que cobra 2,50%. O servidor público do Estado de Roraima já perde, de cara, 2,30% ao mês, ou seja, num rendimento que pode demorar esses anos previstos, que é fato, o Governo do Estado só pode sacar o dinheiro desses fundos aí com 7 anos de prazo, que tem que pedir, e só depois de 3 anos receber a primeira parte. Depois, mais quatro anos para receber os outros 50%, isso não é roubar o dinheiro público do Estado? A vida dos servidores públicos do Estado? A vida das pessoas está ali depositada sob a guarda e a confiança do Governo do Estado, na fé de que o IPER, Instituto da Previdência, seja o guardião desse dinheiro, e o Governador autoriza essa operação. Pois, ninguém venha me dizer que o Deputado Braga fez isso sem a autorização do Governador, quando ele mesmo veio aqui e disse que não iria fazer isso, e depois faz. Que risco oferecia a Caixa Econômica, que cobrava 0,20%? E que vantagem tem o Banco e esses outros Institutos aí quando cobram 2,50%? Aliás, Deputado Flamarion, tem um dos Fundos o Ático Geração de Energia, que teve 0,13% negativo no último ano. A Caixa Econômica Federal é, hoje, junto com o Banco do Brasil, o lugar mais seguro para se aplicar o dinheiro do servidor público. Gostaria de que o Governador, o Presidente do IPER, viessem a esta Casa explicar por que fizeram isso. Aliás, Deputado Flamarion, nós poderíamos convidar o Conselho Previdenciário para dar explicações nesta Casa e, se for o caso, abrir uma CPI para apurarmos o que de fato estão fazendo com o dinheiro do servidor público. Isso é um absurdo. Aliás, Deputada Aurilena, Ático Geração de Energia só tem uma empresa que investe nela. Todo o dinheiro do fundo Ático está aplicado nessa única empresa, se essa empresa falir, acabou o fundo e acabou o dinheiro do servidor público do Estado de Roraima que já está claro pelo regulamento do fundo, há pouco lido pelo Deputado Flamarion, em seu excelente pronunciamento em defesa do servidor público. Portanto, se houver qualquer prejuízo ou dano, ninguém vai ressarcir o servidor público do Estado de Roraima. Como é que ficam os filhos? As esposas? Como é que ficam esses homens e mulheres que trabalharam anos e anos a fio, à serviço da população e do nosso Estado? Qual é a responsabilidade que o Governador Anchieta Junior e o Presidente do IPER, ex-Deputado Braga, têm com os servidores públicos do Estado? Eu gostaria que eles viessem aqui responder. Parabéns, Deputado Flamarion, pelo pronunciamento.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Obrigado, Deputados Mecias, pelo excelente aparte. Concedo aparte primeiramente ao Deputado Ionilson, depois ao Deputado Soldado Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Deputado, eu estava aqui lembrando, pois o ex-Secretário de Educação Luciano Moreira, inclusive, já faleceu, quando era Secretário de Administração no Maranhão, dirigiu também o Instituto de Previdência daquele estado, fez a mesma coisa que o Instituto de Previdência do estado fez agora. Aplicou parte do dinheiro dos servidores do Estado do Maranhão naquele famoso Banco Santos. Pois bem, dois, três anos depois o banco quebrou. E, quem ficou no prejuízo? Os servidores do Estado do Maranhão. Por conseguinte, o Estado, para justificar que não teria mais como repor aquilo, procedeu apenas como uma ação judicial, ou seja, entrou com uma ação contra os administradores do banco que falhou e o patrimônio que deram, como garantia, sequer cobriria os 10% daquilo que foi aplicado. Enfim, é uma coisa extremamente irresponsável, porque esse dinheiro é dos servidores públicos. O ex-Deputado Braga tem que vir a esta Casa explicar por que fez essa aplicação, pois de acordo com os levantamentos de Vossa Excelência, não tem nenhuma justificativa plausível para tal ato. Entende-se que, se o rendimento fosse maior, a taxa de administração fosse menor, ainda que, com o risco do fundo garantidor ser menor, poderia até ser. Porém, o rendimento é menor, a taxa de administração é maior e o lastro garantidor, ou seja, aquilo que garantiria que se houvesse algum problema eles poderiam cobrir o prejuízo também é muito menor. Como você aplica 180 milhões em quem só tem 40 milhões, como garantia? Isso não existe, isso é um ato extremamente irresponsável e deve ter mais coisa por trás desse negócio. Eu acho que, se nós formos apurar e investigar a fundo, tem coisa escondida por trás disso, porque não se concebe um ato de tamanha irresponsabilidade.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado Flamarion, parabéns pelo pronunciamento. Nós vínhamos estudando juntos essa matéria. Era uma das nossas primeiras ações enquanto oposição, Deputado Joaquim. É tal que já temos, Deputado Ionilson, dois requerimentos convocando o Presidente do IPER para as devidas explicações a esta Casa e aos servidores. Fizemos questão de convidar os sindicatos, que hoje, estão aqui presentes. Então, eu

peço a Presidente que coloque o requerimento para votação hoje ainda, convocando o Presidente do IPER, bem como, Conselho Estadual Previdenciário para esclarecimento a este Poder. Deputado Flamarion, a Lei nº 054 é bem clara, no artigo 118: que entre na composição do IPER dois servidores, um aposentado e um na ativa. Em 2008 houve eleição, quando a nossa entidade participou, foram eleitos dois representantes dos trabalhadores, mas, quando foi em 2010, fomos surpreendidos por um ato do Presidente do IPER com consentimento do Governador para que os dois representantes dos trabalhadores fossem nomeados, desrespeitando a lei. Os dois servidores que estão lá, hoje, foram nomeados pelo Senhor Governador, desrespeitando a lei nº 054, art. 118. E o Conselho é responsável em fazer a fiscalização dos nossos recursos. E, mais do que nunca, cabe aos servidores eleitos a função de defender seus interesses e o interesse dos demais servidores. Então é preocupante, Deputado, fizemos um movimento ano passado quando se iniciou essa movimentação financeira, essa transferência de recursos, os trabalhadores foram para a rua e o Governo com o Presidente do IPER vieram para a televisão e se comprometeram, empenharam a palavra que não haveria essa movimentação. Porém, mais uma vez o Governador descumpra a sua palavra, parece que ele não tem noção da sua função enquanto Governador, enquanto homem público e do que ele fala para a sociedade. Naquele momento, o movimento dos sindicatos recuou em cima da palavra do Governador de que não haveria essa transferência de recursos. E agora, somos surpreendidos com a notícia de que a operação foi feita. E ainda, Deputado Flamarion, sou formado em Ciências Contábeis, não tenho grande conhecimento pois não fui dos melhores alunos e não pratiquei depois de formado, mas ao pagar algumas disciplinas sobre o mercado financeiro recebia do professor Chiquinho que trabalha nesta Casa, do Professor Monteiro e outros professores, alerta de que o mercado financeiro é altamente perigoso, eles nos diziam para desconfiarmos de tudo e de todos. Se você não tem certeza e não conhece no que está investindo, vá para a poupança ou para um banco público que lá você terá uma rentabilidade menor, mas terá garantia. Então, nesse caso, está comprovado que a rentabilidade é menor ainda que a da Caixa Econômica e ao mesmo tempo esse dinheiro foi investido em fundos que não sabemos quais as garantias dadas, com essas regras preestabelecidas, o que vem com toda a certeza colocar a Previdência de Roraima no mesmo caminho da Previdência do Maranhão, por um ato irresponsável do gestor, assim, também, como a Previdência do Estado do Amazonas que não foi diferente. Em conversa, Deputado Flamarion, com o Presidente do IPER, eu o visito bastante, e assim que ele assumiu me perguntou qual minha experiência como Parlamentar, respondi que estava aprendendo, estava gostando, e lhe retribuí com a minha pergunta sobre sua experiência enquanto Presidente do IPER. Ele foi bem claro, disse estar empolgado, gostando e que é muito mais feliz como Presidente do IPER, porque se ele soubesse antes o que era o mercado financeiro já teria se aprimorado nessa área. E, como parlamentar, na Assembleia foi muito bom, ganhou-se bem, tem muita função, muita força política, mas não é tão bom quanto no IPER. A sua resposta me preocupou, me deixou com a pulga atrás da orelha. O ex-Deputado Braga foi eleito por dois ou três mandatos, e diz achar muito melhor estar no IPER, trabalhando com o mercado financeiro, ou ele está totalmente equivocado na sua análise ou está usando de má-fé à frente do IPER com o dinheiro do servidor. Nós vamos, Deputado Flamarion, buscar uma CPI sobre a questão do IPER. Hoje mesmo, vou acionar todos os sindicatos representantes dos servidores e vou chamar o sindicato à responsabilidade, vamos às ruas neste momento apurar a questão. E, se for o caso, destituir o CEPE, Conselho Previdenciário, como também retirar do IPER o ex-Deputado Braga pela má gestão e pelos indícios que estão sendo colocados por Vossa Excelência e pelos demais Deputados. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Gostaria, primeiramente, parabenizar Vossa Excelência pela sua pesquisa e excelente pronunciamento, diante da gravidade desses fatos. Considero, também, grave a realidade colocada pelo Deputado Soldado Sampaio, quando de sua visita ao Presidente do IPER ao declarar que não ganhava dinheiro como Deputado, mas está ganhando dinheiro agora, como Presidente do IPER. Isto é muito grave, e deve ser apurado. Outra coisa muito importante é que a transferência foi autorizada pelo Conselho Previdenciário, onde essa taxa de administração é doze vezes maior que a taxa de administração cobrada pelos bancos oficiais, onde não existe uma garantia desses recursos estarem realmente depositados e garantidas a sua devolução e a sua lucratividade. E o mais grave aí, Deputado Flamarion Portela, é que o

Governo demonstra falta de tato e a falta de trato não só com o bem público mas também, com o bem particular. Os recursos do IPER não são patrimônio público, esse recurso do IPER é um patrimônio do servidor, suado ao longo de sua carreira, ao longo de 30, 35 anos de serviços prestados ao Estado de Roraima e o Governador sem garantia nenhuma junto com o Conselho Previdenciário e, segundo Vossa Excelência falou muito bem, um Presidente que não faz uso dos neurônios transfere os recursos dos bancos oficiais para um banco particular sem haver garantia, sem ter rentabilidade maior que a dos bancos oficiais e com uma taxa de administração maior, ou seja, não existe justificativa nenhuma para que esse recurso fosse transferido. Nesta questão dos neurônios, gostaria de me somar a Vossa Excelência, citando um ditado nordestino: “ Se tirar o juízo de um cidadão desses e colocasse em uma galinha, ela ainda poria ovos no mato”. É o que se fala de uma pessoa que não tem neurônios. Parabéns e obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputado, acredito que este assunto é da maior importância. Na Caixa Econômica, conversei com algumas pessoas sobre isso e tive também acesso a informações sobre rendimento, taxas de administração e tudo mais. Mas, existe uma notícia, inclusive, uma informação importante que aqui possa estar passando despercebida, e talvez seja ainda mais notório tudo que foi dito aqui. Recentemente, salvo engano, isso precisa ser pesquisado, sobre fundos em que houve a aplicação desses recursos, teve a sua nota rebaixada pelas agências de riscos. Então esses fundos que eram AAA deixaram de ser AAA e hoje são AA. Acho que esse assunto é muito sério para se fazer demagogia em cima dele. A gente não pode tratar essa situação, dizendo que fulano está ganhando ou fazendo isso ou aquilo. Acho que o assunto é muito mais sério, pois, estamos falando da aposentadoria, da previdência e da segurança de milhares de servidores públicos que ajudaram construir Roraima. Então, não dá para falarmos aqui e usarmos esse discurso como forma de acusação, de CPI e de crime. É preciso saber efetivamente quais as razões dessa aplicação, é importante ouvir o Presidente do Instituto de Previdência, até porque a gente precisa de alguns esclarecimentos. Eu entendo que diversificação de investimento pode sempre ser uma coisa positiva, desde que você tenha segurança no que está investindo, se você não tem segurança, vá no tradicional, vá naquilo que não é tão vantajoso em números de rendimento, mas que você tenha a certeza de que não vai perder, é assim que se faz rendimento e é assim que o Instituto de Previdência deve tocar a Previdência dos nossos servidores. É minha opinião pessoal, acho que esse assunto deve ser tratado com muita seriedade. Obrigado pelo aparte.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Deputado Rodrigo, eu não toquei no assunto sobre o rebaixamento, pois senti que o tempo estava curto e muitos apartes. Mas, é real, houve, sim, uma dessas empresas mundiais que analisam a classificação, em função da segurança da aplicabilidade que analisa ou não se foi rebaixado, como foram as notas de alguns países que estão sendo ou não rebaixados. Essas mesmas empresas fazem isso. Mas, como é um negócio mais profundo resolvi não tocar neste assunto. Muito obrigado pelo esclarecimento de Vossa Excelência.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Naldo da Loteria – Deputado Flamarion, gostaria só de reforçar o que disse Vossa Excelência. Quero crer que o Governador não tem participação nisso, até porque ele nomeou um administrador para aquele órgão, o ex-Deputado Braga. O órgão tem um Conselho – CEPE, e, com certeza para se fazer uma operação dessas deve haver alguma vantagem e vantagens pessoais. Quando o Governo do Estado colocou todos os servidores para receber no Banco do Brasil, também não foi de graça, no mundo de agiotagem só se procura vantagem. O grande problema requer que se procure a justiça mais rápida possível visando anular essa operação para evitar que se repita o que aconteceu com os clientes do Bamerindus, do Banco Santos, Banco Agroeconômico, que eram ricos e amanheceram na miséria. Essa situação pode acontecer se a gente não correr, portanto, gostaria de ter o apoio de todos os Deputados e do Governador, para que, mais rápido possível, possamos, juntos à justiça, resgatar essa parte, porque isso é um crime. Obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela continua – Senhora Presidente, agradeço carinhosamente a vossa benevolência em dilatar o tempo destes parlamentares, haja vista que este é um tema que tocou, atingiu fundo as pessoas, agradeço também aos apartes. Em resumo, acho que o dinheiro do IPER é resultado do sangue e do suor do conjunto dos servidores públicos do Estado de Roraima. Suor e sangue do homem devem ser respeitados. Obrigado.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados, servidores desta Casa Legislativa, membros dos órgãos de comunicação, formação da opinião pública deste Estado, Senhoras e Senhores, nosso cordial bom-dia! Para o primeiro pronunciamento neste ano legislativo, nos preparamos para fazer uma retrospectiva da atuação desta Casa no ano passado. Preparei-me com esta finalidade, inicialmente agradeço o apoio de todos os parlamentares, de todo o colegiado das Secretarias desta Casa nas proposições que apresentamos durante o ano de 2011, debatidas nas diversas Comissões, votadas, aprovadas nas Comissões e em Plenário. Aprovamos diversas leis de nossa autoria em 2011, como o Projeto de Lei que aumentou a margem para empréstimo aos servidores públicos para a aquisição de imóveis. Essa lei foi sancionada, já tem decreto regulamentando, e vai possibilitar a milhares de servidores adquirir sua casa própria. Também o projeto que permitiu a atuação do PROCON, o PROCON Assembleia Legislativa, o PROCON que ainda não existia no Estado está criado e vai ser implantado nas próximas semanas. Projeto para a criação do Colégio Militar, pois Roraima era um dos poucos Estados que não tinha, também de nossa autoria, ao qual os Deputados e as Secretarias desta casa deram apoio para o trâmite da aprovação. Agradeço o apoio e confiança de todos os Deputados, companheiros e companheiras, que depositaram neste Deputado, ao confiar a relatoria de dezenas de Projetos de Lei e de propostas de Emendas à Constituição, ente eles, destacamos o Estatuto dos Militares, a lei que aumentou o salário dos Procuradores de estado, dos Defensores Públicos, e a PEC que deu autonomia ao Ministério Público de Contas. Todas essas matérias polêmicas, que geraram muitos debates e coube-me a honra de relatar. Quer dizer, todas essas conquistas não são tarefas de uma só pessoa, é o resultado do trabalho desse colegiado e de todos os órgãos que compõem esta Casa de Leis. Havia me programado para tratar desse assunto, evidenciando-o ponto por ponto, colocar para a sociedade os resultados alcançados pela Assembleia Legislativa durante o ano de 2011, e que o conjunto de trabalhos não resulta de uma só pessoa, mas de todo esse colegiado, de todos os segmentos desta Casa. Mas, diante do impossível, preferi reduzir itens destacados o primeiro pronunciamento em favor de uma outra questão que me deixou surpreso. Na semana passada, logo após o carnaval, recebi a súbita informação de que meu nome teria sido citado em um relatório do Tribunal de Contas do Estado, com ilações de que este parlamentar poderia ter participações, como titular ou como sócio, enfim, em uma das empresas que participa da licitação que está em andamento com a finalidade de contratar empresas para limpeza das escolas do estado. Então, isso tudo em razão de que um servidor do gabinete deste parlamentar teria tido contrato com essa empresa. Contrato esse que, após o meu conhecimento, fui verificar, foi reincluído no ano de 2011. Inicialmente, quero destacar o que todos nesta Casa sabem e quem me acompanha há mais de 23 neste Estado. Este parlamentar nunca foi empresário, não possui empresa, assim como nunca foi sócio de qualquer empresa. E, destarte, não possuo laranjas, não possuo testa de ferro ou qualquer outra denominação que queira se dar a alguma situação como as ilações do relatório tentaram sugerir nas entrelinhas. Eu, ao ler esse relatório, comentado no dia 16 de fevereiro nesta Casa pelo eminente líder da oposição, Deputado Brito Bezerra, eu estava ali sentado ao lado do Deputado Flamarion Portela, enquanto ele fazia pronunciamento sobre esse tópico, sobre a questão desse relatório que aponta supostas irregularidades nesse certame. E quando ele falou que havia nome de Deputados citados, enfim, fiquei ali e, se não me engano, inclusive, comentei com o Deputado Flamarion Portela, sobre quem seriam os Deputados. Jamais imaginava que fosse o meu nome que estava citado ali. Isso foi antes do carnaval, dia 16. Quero, aqui, agradecer, Deputado Brito Bezerra, pela sua postura ética de não ter, naquele momento, citado, porque eu seria pego de tal surpresa que, realmente, não sei qual seria minha reação. Repito, Vossa Excelência teve um comportamento ético, até porque, com certeza conhece e deve ter estudado as razões do meu nome constar ali. Mas, aqui, afirmo com toda a clareza e tranquilidade, que com essas ilações tentam sugerir que este parlamentar tem participação na empresa que citam, LM das Chagas, pelo simples fato de pertencer a minha mãe. É importante destacar que a minha mãe é empresária há mais de 30 anos, e atua no mercado em Roraima há mais de 10 anos, ou seja, muitos anos antes de ser Deputado, pois sou Deputado há um ano, tomei posse no dia primeiro de janeiro de 2011, ou seja, quando eu me elegi Deputado, a minha mãe já atuava há muitos anos no Estado de Roraima. Nunca fui empresário, não sou um empresário que migrou para a política nem sou servidor público ou político que vá migrar, ingressar, justamente, no momento em que estou representando o povo, vou trabalhar e atuar no mercado empresarial. Eu fico pensando: se, em razão da gente exercer atividade

parlamentar, as pessoas, os familiares devam ser impedidas de participar de certames? Será que eu devo chegar agora para a minha mãe que nunca foi empregada pública em nenhum lugar neste País, nunca postulou um cargo público ou cargo de confiança, uma mulher guerreira, trabalhadora, que sustentou seus quatro filhos e deu a todos eles ensino superior, e dizer: Mãe, agora eu sou Deputado e eu não quero que a Senhora participe de nada mais, a Senhora pare com suas atividades porque vão querer fazer ligações ao meu nome. Que filho faria isso com uma mãe? Que irmão faria isso com um irmão, com um pai? Enfim, então, nós estamos aqui hoje para fazer essas afirmações, porque, muito embora os órgão de comunicação que tomaram conhecimento desse relatório, tivessem visto lá a citação do meu nome, tiveram a ética jornalista de não citar o meu nome. Destaco a Folha de Boa Vista que fez uma matéria totalmente imparcial, a TV Roraima e outros canais de televisão que porventura tenham feito, porque perceberam, efetivamente, que não há e nunca houve uma ligação empresarial desse Deputado com a empresa que é de propriedade de minha mãe e que atua no mercado há mais de dez anos, muito antes de eu ser político. Da mesma forma, queriam impedir que algum Deputado tivesse um funcionário de cargo comissionado, que não é cargo efetivo, porque cargo efetivo não pode ter outra atividade extra-funcional, na Assembleia Legislativa ou em outro órgão, impedir que tenham uma outra atividade, como autônomo, empresário, o que é uma arbitrariedade, uma ilegalidade, porque a legislação não impede isso. É importante também destacar que esse Deputado nunca interferiu, agiu ou intercedeu em nome da empresa LM das Chagas, ou qualquer outra empresa de quem quer que seja, em qualquer certame licitatório. Eu desafio, aqui neste plenário e aqui neste Estado, qualquer pessoa que venha dizer que o Deputado Chagas tenha ido, com qualquer procedimento de licitação, em qualquer órgão do Governo, autarquia, empresa de sociedade de economia mista. Nunca neste Estado fui, nem mesmo quando ocupei outros cargos como servidor público. Agora, vi que nas entrelinhas de um relatório onde não foi dada oportunidade de defesa a dezenas de empresas que foram citadas lá, fazer ligações tentando sugerir que esse parlamentar tenha interferido ou tenha participação em empresa. É muito temeroso, como falou recentemente o membro do Tribunal de Justiça, fazer qualquer ilação nesse sentido. Quero destacar, portanto, em razão de tudo o que falei aqui, que não há nenhum interesse desse parlamentar na licitação em questão. Não me interessa, não participei, não conheço os detalhes, como de fato eu não conhecia, e estou tomando conhecimento dos fatos somente agora e me inteirando do que realmente existe por trás de tudo isso. Quem me conhece sabe que durante a minha vida em Roraima sempre trabalhei como servidor público, 21 anos atuando como policial com muito orgulho, nas diversas missões que me foram confiadas. Fui gestor em diversos órgãos, Presidente do DETRAN, Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Secretário de Estado da Segurança Pública da Justiça e da Cidadania, Comandante da Polícia Militar, entre outros órgãos com status de Secretaria. São mais de 6,7, órgãos, e se forem buscar nos anais, não vão encontrar uma denúncia, uma mácula em minha gestão à frente de qualquer um desses órgãos, pelo contrário, sempre fui chamado pelos gestores de diversos Governadores, para ocupar um cargo mais relevante e com altos elogios pela minha atuação. Nunca, em minha vida pública, eu tinha me deparado com um tamanho atentado, com uma tentativa contra a minha honra, contra o meu nome, suspeitas de que eu tenha ligações com uma empresa, que eu tenha interesse em uma licitação, coisa que nós sabemos que parlamentar nenhum pode ter. Assim, após ter lido o relatório que tomei conhecimento. A imprensa queria saber qual era a minha posição em relação aquilo. Eu desconhecia o teor, estava viajando, retornei para tomar conhecimento do que havia. Então, após ler o referido relatório e perceber que ligaram o meu nome a uma empresa e, em consequência, a um processo licitatório. E, ainda tomei conhecimento, através de diversas informações dos próprios órgãos de comunicação, da forma com que o responsável procurou dar destaque ao nosso nome e a empresa de minha mãe junto à imprensa, apesar de 15 empresas terem sido citadas no relatório com alguma irregularidade, alguma falha, apesar de terem empresas que apresentavam problemas muito maiores do que os atribuídos à empresa da minha mãe. Contudo, o destaque que a pessoa procurou dar foi ao meu nome, olha aqui o nome do Deputado está citado aqui. Com que intenção fazer isso, Deputado Erci de Moraes? Eu estou reputando a essa tentativa de manchar a nossa imagem, pois o político vive da imagem, isso é uma forma de retaliação, Senhor Deputado. Cada um dos Senhores aqui, desta Casa e a sociedade sabe que há pouco mais de dois meses, antes do recesso parlamentar, esta Casa recebeu uma proposta de Emenda à Constituição, de autoria governamental, não foi de autoria dessa Casa para dar autonomia,

independência administrativa, orçamentária e financeira ao Ministério Público de Contas, uma tendência que vem sendo praticada por todos os Estados da federação. Para que isso? Por que não pode um órgão depender do dinheiro que o outro vai liberar para fazer as diligências, para colocar combustível nos veículos, para pagar diárias aos funcionários e até mesmo para servir o cafezinho as visitas que chegam?

O Ministério Público de Contas tem que ter autonomia para bem fiscalizar as contas de todos os órgãos, não depender de nenhum outro órgão. E, foi essa a proposta que veio para cá, uma comissão foi nomeada, e eu me lembro bem que ninguém queria entrar nessa Comissão porque já se sabia que alguns membros daquela corte de contas eram contrários a proposta, e aqui são raros os parlamentares que não tenham sido gestores antes, o que não tenha amigos ou mesmo familiar que possam contratos públicos com o governo. Havia uma guerra de ideias, de pensamentos e ideologias muito acirradas, mas o Presidente da Casa nomeou uma comissão, fui nomeado membro e lá ninguém queria ser Presidente e nem relator, Deputado Mecias, em razão desse confronto, do acirramento que estava até mesmo nos meios de comunicação por conta de notas publicadas na imprensa.

A Comissão foi constituída pelo Deputado Erci como Presidente e o Deputado Marcelo Natanael como relator, pelos Deputados Flamarion Portela, Chagas, Joaquim Ruiz, Mecias como membros. Não sei se na algum Deputado que não foi convidado para uma conversa para que votassem, um pedido de forma veemente, soando como uma pressão, contra o Ministério Público de Contas.

Houve também um fato interessante, os mais velhos podem me corrigir se eu estiver errado, mas em razão das abordagens e da pressão, do acirramento, o então relator da matéria da PEC renunciou a relatoria. Eu desconheço que algo tenha acontecido durante esses vinte anos nesta Casa por questões dessa natureza. Ele teve que alegar motivo de fórum íntimo e ninguém mais queria ser o relator, e fui designado relator dessa Proposta de Emenda à Constituição. Apesar da pressão sofrida eu tive a coragem de assumir a relatoria e proferir um voto que conduziu a convicção de todos os Deputados que votaram e aprovaram, por unanimidade, a PEC que deu autonomia administrativa e financeira ao Ministério Público de Contas, desnecessário dizer a contrariedade que se gerou em algumas autoridades.

Eu entendo, sem sombra de dúvidas, porque não há outra razão, que a tentativa de fazer uma ligação do meu nome a uma licitação pública teve por finalidade manchar o bom nome desse Parlamentar perante a sociedade para causar desgastes a imagem desse político. E se constituindo tal ação, já esperada a retaliação pelo que a gente vinha acompanhando e sofrendo nos últimos meses, apesar de tudo isso, não me arrependo, Deputado Ionilson, dessa postura.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus - Quero me solidarizar com Vossa Excelência. O aparte que lhe peço neste momento é para dizer que não quero crer que o Tribunal de Contas do Estado tenha feito esse relatório com retaliação a Vossa Excelência e a esta Casa pelo fato de termos nós aprovado a lei, a PEC que dá autonomia administrativa e financeira ao Ministério Público de Contas, embora eu já tenha ouvido vários comentários, como Vossa Excelência certamente ouviu, bem como todos os parlamentares, de que o tribunal de Contas iria retaliar, viria para cima dos Deputados, da Assembleia Legislativa com retaliações. Eu não quero crer nisso, porque acredito na ética, no respeito e na capacidade individual de cada um dos membros da corte de contas do nosso Estado. Quero deixar bem claro que votei favorável, fui defensor da PEC, e todos sabem disso, fui defensor do orçamento para o Ministério público de Contas, e não fui favorável a retirada dos recursos do Tribunal de Contas para o Ministério Público de Contas na integralidade como queriam. Votei favorável a retirada de alguns recursos, de dois milhões para Ministério Público de Contas, porque entendia que os recursos do Ministério Público de Contas estavam inseridos no orçamento do Tribunal de Contas do Estado.

Eu quero deixar claro que quando a PEC veio para cá, não veio de autoria de nenhum parlamentar, veio de autoria do Governo do Estado de Roraima, portanto, se houver retaliação, terá que haver retaliação contra o Governo do Estado, não contra nós. Nós analisamos do ponto de vista jurídico e legal e votamos favorável a PEC, com o poder que nos é conferido pela Constituição. O Tribunal de contas pode questionar isso lá no Supremo, que é quem pode dirimir as dúvidas. Nós encontramos elementos jurídicos que nos convenceu e Vossa Excelência, sem dúvida nenhuma, é merecedor da confiança de todos os Deputados.

Antes de me posicionar favorável a PEC, estive com o Presidente do Tribunal de Contas, Conselheiro Marcos Holanda. Ele era o Presidente quando o Projeto veio para cá e eu perguntei a ele se

o tribunal de Contas tinha alguma coisa contra essa PEC apresentada pelo Governo lá na Assembleia Legislativa, e ele me disse que era favorável a aprovação da PEC aqui nesta Casa. Algum tempo depois, estive com então Conselheiro Henrique Machado, e perguntei a ele se o Tribunal de Contas tinha algo contra. Ele me disse que não conhecia nenhum conselheiro que fosse contra, mas depois o Conselheiro Marcos Holanda foi afastado, bem como o conselheiro Henrique Machado e o Conselheiro Essen Pinheiro Neto foi empossado como Presidente. Eu estive com o atual Presidente e perguntei se, com relação à essa PEC que o Governo do Estado apresentou na Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas tinha algo contra, e o Senhor Essen Pinheiro, atual Presidente do Tribunal de Contas, disse que eles eram favoráveis a aprovação da PEC. Ninguém do Tribunal de Contas era contra. Fui surpreendido há poucos dias, antes da votação, por uma nota publicada pelos conselheiros no jornal folha de Boa Vista dizendo que eram contra, depois que todos nós já tínhamos assumido o compromisso de votar a favor da PEC. Nenhum conselheiro antes da publicação da nota me procurou pedindo para que eu fosse contra a PEC, só depois da publicação que eu fui procurado por um ou dois conselheiros, que eu prefiro me reservar o direito de não citar o nome, me pedindo para que eu fosse contra a PEC. Lamentavelmente não posso votar contra, porque a votação será daqui há um ou dois dias, e eu já disse a todos os procuradores do Ministério Público de Contas e a todos os meus colegas Deputados que eu seria favorável. Logo, não posso mais retroceder, voltar atrás, porque seria uma incoerência da minha parte. Quem me conhece sabe que eu procuro honrar a minha palavra, porque não é legal o homem dizer uma coisa de manhã e mudar à tarde. Portanto, eu quero me solidarizar com Vossa Excelência, pois se for retaliação, certamente virá algo contra os outros Deputados, bem como contra toda a Casa Legislativa.

O Senhor Deputado Coronel Chagas- Agradeço por Vosso posicionamento, Deputado Mecias de Jesus.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz- Deputado Chagas, dentro da exposição feita pelo Deputado Mecias, eu também não quero acreditar que com a votação da PEC na Assembleia Legislativa haja atos de retaliações contra parlamentares, e nem acreditar que uma multa foi dada a minha pessoa como ex-gestor de Iracema, referente ao exercício de 2003. Vossa Excelência é advogado, sabe que está prescrita, até porque não houve dolo. Mandeí um documento eletronicamente, apócrifo, e não sei como é que se assina um documento eletrônico e, por isso, eu peguei uma multa. Recorri, esse processo estava praticamente arquivado e agora no mês de fevereiro, sai uma decisão com uma multa de vinte UFIR. Então, não quero acreditar que isso seja uma retaliação a uma posição tomada por um poder soberano, que enquanto instituição, é o nosso controle externo.

Preste bem atenção, de 2003 para 2012 é matéria prescrita, porque não houve dano ao erário. Em várias matérias relacionadas a esse tipo de multa, há decisões recentes de prescrição, nessa, por incrível que pareça, não houve. Não é pelo valor, mas por aquilo que acho justo. A prefeitura de Iracema foi escolhida para que passasse as informações on line para o Tribunal de Contas, e não tive culpa dessas informações não terem sido repassadas, porque até hoje, com a alta tecnologia, nós não conseguimos sequer ter um contato on line, mas mandei alguns documentos eletronicamente, e o que aconteceu? Peguei uma multa porque o documento era apócrifo, sob alegação de que eu não tinha um fato novo para minha defesa, mas a multa da sessão, enviada pelos conselheiros, não estava assinada, era um documento apócrifo também porque era eletrônico, e a justificativa que deram é que o documento deles era eletrônico. Então, faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço, sendo que esse é um órgão de controle externo da Assembleia Legislativa. Nós, Parlamentares, acharmos que somente a mídia vai nos atingir. Contudo, o que precisamos, em nível de Brasil, é que as outras instituições públicas respeitem o Parlamento Brasileiro, desde o Congresso Nacional, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais.

Eu fui injustiçado, suspenderam meus direitos políticos sem que tivesse direito a defesa, por juiz monocraticamente em Caracará, e já se passaram cinco anos depois que três delegados da Polícia Federal, apurando inquéritos diferentes, provaram a minha inocência. Que preço eu paguei e por que eu estou lhe dizendo isso? Porque é o preço que Vossa Excelência está pagando hoje.

O Senhor Deputado Coronel Chagas continua. - Muito Obrigado, Deputado Joaquim Ruiz, realmente é um processo prescrito e julgado agora no mês de fevereiro.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes - Deputado Chagas, antes de mais nada, eu quero, como seu colega,

integrante desta Casa, solidarizar-me com Vossa Excelência em função do episódio, e dizer que, da mesma forma, não quero acreditar que sejam atitudes de retaliações ainda decorrentes da aprovação, nesta Casa, do orçamento do Ministério de Contas do Estado junto ao Tribunal de Contas, mas, como dizem os entendidos nas questões jurídicas, é possível fazer relações e encontrar alguns indícios. Vossa Excelência foi relator num momento difícil em que havia, realmente, problemas para que a PEC fosse aprovada nesta Casa. Eu presidi a Comissão Especial e tinha claramente uma posição inicial contrária a isso. Viajei, com autorização da Mesa, fui a Belém buscar subsídios e de lá ainda voltei com a minha ideia mais fortalecida de que não era o momento de se criar esse Ministério de Contas, mas é por isso que esta Casa se chama parlamento, para discutirmos e nos aprofundarmos em entendimentos, buscarmos sempre um consenso mínimo em benefício da sociedade. O Ministério de Contas foi aprovado por unanimidade nesta Casa. E, fui convidado por um conselheiro para conversar. Aceitei o convite, sou de diálogo, e ele me manifestou posição contrária e eu concordei, posto que, naquele momento, eu também estava contra. Posteriormente, acabei mudando a minha posição pelas mesmas razões aqui expostas. O Projeto que partia do executivo, ouvindo um lado e outro, me parecia ser apenas a criação de mais um organismo de controle externo.

O que acontece? A minha vida pública todos conhecem, pois ocupei uma infinidade de cargos, ocupo mandato nesta Casa pela terceira vez, nunca tive problemas que envolvesse a justiça, mas é evidente que o homem público está sujeito a chuvas e trovoadas como diz o gaúcho. Há 15 anos houve um procedimento do Tribunal de Contas em relação ao fato de eu ter sido Secretário de agricultura do Estado do Governo Neudo Campos, no seu primeiro Governo, de 1995 ao início de 1997. Faz 15 anos que eu deixei a Secretaria e esse procedimento tramitou no Tribunal de Contas, que quis me enquadrar como gestor da Secretaria de Agricultura. Ora, é público e sabido que no primeiro Governo democrático desse Estado, do finado Ottomar, e no primeiro Governo de Neudo Campos, nunca os Secretários da ordenação direta foram ordenadores de despesa, quando muito eram intervenientes, e esse era caso. Então, eu pude demonstrar, com muita tranquilidade que se culpado havia, deveria ser procurado junto ao verdadeiro e legítimo ordenador de despesas, e aquele tribunal acatou essa decisão e o processo tramitou para esclarecimento. Até onde eu sei, teria que parar no arquivo. Eis que, recentemente, coincidentemente, logo após o carnaval, um jornal de informação da internet publicou que eu estaria com as minhas contas reprovasas, portanto, inelegível até 2013. Eu não sei de onde esse jornal tirou essa informação. Estou averiguando, mas é como eu disse a Vossa Excelência, existe alguns indícios de que seja uma atitude de represália por termos tido a postura de, por unanimidade, nesta Casa, aprovar uma PEC que teve origem no executivo.

O Senhor Deputado Coronel Chagas - Obrigado, Deputado Erci de Moraes pelo seu aparte.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá - Agradeço pela oportunidade e prometo que serei breve. Quero, na verdade, cumprimentar o amigo pelo seu discurso, não pela defesa que Vossa Excelência vem fazer de sua imagem, mas pela postura que tem tido aqui como Deputado no seu primeiro mandato. Certamente não é um Deputado novato nas questões políticas, sempre agiu com correção, fazendo as coisas da maneira devida e tem sim, Deputado, que defender a sua honra. Nunca deixe de fazer isso, porque como Vossa Excelência bem frisou no início do seu discurso, o político vive da imagem e qualquer coisa que tente arranhar a nossa imagem vai nos prejudicar lá na frente.

Virou fato comum no Brasil condenar, sem nenhum tipo de indício, prova ou tramite jurídico, os políticos. Virou moda, mas, definitivamente, é importante separar o joio do trigo. Então, continue com sua postura. Nós estamos do seu lado, solidários a Vossa Excelência, e pode contar conosco.

O Senhor Deputado Coronel Chagas continua - Obrigado, Deputado Rodrigo Jucá.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jean Frank - Deputado Chagas, também quero me solidarizar com Vossa Excelência, que é um homem público e uma pessoa que tem grandes serviços prestados ao Estado de Roraima. Vossa Excelência foi Secretário, diretor do DETRAN, Comandante da PM, Chefe do Gabinete Civil e sei que é um homem sério. Tenho certeza que Vossa Excelência não teve nenhum envolvimento com essa denúncia que algumas pessoas do Tribunal de Contas estão fazendo.

Estive conversando com Vossa Excelência na sexta-feira e pude ver nos seus olhos, pela forma que Vossa Excelência conversou

comigo, quase lagrimando, que estava viajando e que ficou sabendo realmente do acontecido quando chegou em Boa Vista. Eu tenho acompanhado o trabalho do Deputado aqui, nesta Casa, e também votei na PEC com Vossa Excelência.

Eu fiquei bem atento ao aparte do Deputado Mecias quando ele falou: eu não quero acreditar que isso é uma retaliação. O Deputado Joaquim também falou que não quer acreditar que seja uma retaliação. O que eu tenho a dizer a Vossa Excelência é que acredito que está sim sofrendo retaliação, e peço aos nobres Deputados e a Presidência que tome providências, que não deixe um colega nosso passar pelo que está passando. Eu sou filho único e eu sei o que Vossa Excelência deve estar passando, porque a imprensa está falando da sua mãe, e como deve estar essa Senhora? Então, eu acho que devemos tomar providências sim.

O Senhor Deputado Coronel Chagas continua. - Agradeço pelas suas palavras e a todos os colegas que me apartearam com Vossos posicionamentos. Com certeza enriqueceram e ratificaram o que nós trouxemos a este plenário.

Quero dizer que eu venho hoje aqui, desarmado de espírito, sem a intenção de atacar, simplesmente rebatendo o que se procurou fazer de forma prematura, antes mesmo que as empresas que eu falei tivessem a oportunidade do contraditório e da ampla defesa. Nunca antes se teve notícia da divulgação de um relatório sem que todo o procedimento tivesse sido concluído. Isso que me espantou. Nós ficamos apreensivos e questionando, Deputada Aurelina, as razões porque deram publicidade a esse tipo de assunto. Como Vice-Presidente desta Casa e como membro permanente da Segurança Pública e dos serviços públicos, lamento e repudio a tentativa de fazer crer que este parlamentar tenha empresa ou que esteja agindo em licitações. E, ao mesmo tempo, reafirmo o meu compromisso de continuar mantendo uma postura firme, coerente e fortemente ligada aos princípios da legalidade, da ética e da moralidade, na defesa de Projetos que visem o interesse coletivo, como o que deu a independência ao Ministério Público de Contas que tive a honra de relatar, mesmo diante dos fatos que estou vivenciando e independente de qualquer pressão que venha a receber. Então, a todos o nosso agradecimento pelo apoio e paciência, reafirmando, viemos hoje aqui, desarmado de espírito, com a melhor das intenções, apelando para que aquelas pessoas que estejam por trás daquela tentativa infâmia, que ponham a mão na consciência, façam uma reflexão, porque se hoje eu vim desarmado de espírito a perdurar esse tipo de conduta, ainda há muitos questionamentos que irão precisar responder. Eu espero que o Governo faça o seu trabalho, que as escolas públicas tenham a limpeza e faça o que for necessário, até mesmo anular pregão, fazer outro, sem tentativa de direcionamento, e que haja democracia efetiva no procedimento com a participação do maior número possível de empresas. Acredito na legalidade, na honra, na ética, e esta Casa assim está se portando, como devem se portar todos os órgãos públicos que atuam nesse Estado. A todos o nosso cordial bom-dia.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores presentes em nosso Plenário.

O que me traz à Tribuna hoje são dois temas importantes aqui debatidos. O Deputado Brito, Líder da oposição, falou da Secretaria Extraordinária que nós aprovamos. Espero que na próxima Sessão a liderança do governo traga números. Eu conheço a secretaria extraordinária que faz trabalhos excepcionais, conheço o trabalho do Orlando na viabilização, na aprovação de projetos em nível de Brasília, trabalho integrado, com representação em Brasília, desenvolvido pela Primeira Dama. É uma secretaria que faz trabalho, mas há secretarias que precisam ser corrigidas. Vossa Excelência está certo, é preciso corrigir. Eu, por exemplo, defendo a criação, e é uma indicação do Deputado Rodrigo, da secretaria de esporte, porque ela se paga, tem como buscar recursos em nível federal. E, não quero que crie outra, quero que substitua. Essa é a nossa tese para não se criar mais despesas, e sim, buscarmos investimentos para o Estado. Há o projeto, também, de criarmos, e já está em nossa Comissão, o Deputado Gabriel, da oposição, defende, a Secretaria da Cultura, que tem viabilidade, tem como captar recursos para os eventos culturais, para construções de prédios voltados para área da cultura, como teatros, por exemplo, para atender os nossos artistas e intelectuais aqui, do nosso Estado. Esse é um tema que Vossa Excelência colocou hoje, fundamental e importante para que a gente discuta nesse parlamento. O problema do IPER é outro tema importante, Deputado Sampaio, para ser votado, e já convocamos o Presidente do IPER. Deputado Ionilson, eu sou a favor que primeiro chamem aqui, nesta Casa, o Conselho que aprovou, formado por representantes de interesses do

Instituto. O Doutor João de Carvalho, que é nosso funcionário, é um homem de uma conduta ilibada, faz parte desse Conselho que aprovou, portanto, é fundamental que a gente convoque primeiro o Conselho para sabermos das bases. Eu não vou acusar ninguém, não vou pegar números apresentados pelo Deputado Flamarion e fazer algum tipo de crítica. Para que eu tome uma decisão consciente em defesa do trabalhador, servidor público do Estado, eu preciso saber qual foi a posição que fez com que o Conselho da Previdência aprovasse as decisões que foram tomadas pela Presidência do Instituto.

Outro grande tema que tenho colocado aqui, e que estou pedindo da Mesa uma solução, é a PEC que ia ser votada no Congresso Nacional. Eu pedi que formassem uma Comissão e fizesse parte dela os Senhores Deputados Rodrigo, Flamarion e Mecias de Jesus. O Deputado Rodrigo é filho do Senador Romero Jucá, um dos que elaboraram a PEC, o Deputado Flamarion é casado com a Senadora Ângela Portela, liderança forte do PT, e o Deputado Mecias é amigo pessoal do Senador Mozarildo do PTB, ligado à Presidenta Dilma, ou seja, temos três Senadores do nosso Estado e um líder do Governo ligado à Presidenta, e que pode nessa PEC favorecer muito o nosso Estado. A PEC é referente ao FPM e ao FPE, que o Supremo Tribunal Federal questionou e decidiu pela inconstitucionalidade da lei que está valendo. E o segundo ponto é a PEC dos servidores do ex território de Roraima. Eu vou entregar para Mesa o documento dos servidores do ex-território do Estado de Roraima, as PECs: 213, 516, 55, 211, prontas para votação no Congresso Nacional. Então, volto a dizer, são três os Senadores importantes no Congresso Nacional que podem dar uma colaboração fundamental. Deputado Sampaio, líder do Sindicato, é importante uma Comissão nossa para acompanhar o processo junto à bancada em Brasília, para que favoreça os servidores do ex-território do Estado de Roraima. Uma importante PEC elaborada por uma Deputada do Estado do Amapá nos moldes daquela que foi aprovada para o Estado de Rondônia, que venha também beneficiar os nossos ex-servidores, e dá um prazo de 5 anos, posterior à criação do Estado que beneficie os servidores daquela época, contratados pelo Estado. Se foi feita em Rondônia, nós também somos filho de Deus. Com exceção minha, a maioria do povo votou no PT. Então, se votaram no PT, se temos um líder do Governo no Senado, do PMDB, se temos uma Senadora do PT e temos o Senador Mozarildo do PTB, porque não articularmos junto a nossa base no Senado Federal para aprovarmos essas Emendas que beneficiam os Servidores, os funcionários do ex território de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Rodrigo Jucá – Deputado Joaquim, todos os assuntos são interessantes e importantes. Com relação às Secretarias Extraordinárias e a estrutura do governo, é necessário tratar desse assunto com cuidado, pois o fato de haver cinco Secretarias Extraordinárias não significa nada. O que temos que analisar, efetivamente, é o que cada uma delas está produzindo e o quanto importante cada uma delas é para sociedade e para a estrutura do governo. Então, vamos coletar informações, trazer e esclarecer, visto que talvez não seja de conhecimento de alguns de nós o que essas secretarias vêm fazendo. Aproveitando o gancho, em breve nós trataremos de um assunto da mais alta importância aqui, nesta Casa, que se refere à criação de uma estrutura de Governo, que tenho certeza que nem o Deputado Ionilson, o Deputado Gabriel, o Deputado Brito, que hoje cobrou aqui estrutura de governo voltada para o setor produtivo, e nem outro Deputado vai se opor, que é a criação do Instituto Estadual de Assistência Técnica a Extensão Rural de Roraima. Esse projeto já foi anunciado pelo Governador Anchieta e pelo Vice-Governador Chico Rodrigues. Tal Instituto ganha ainda mais importância porque nós, do Estado de Roraima, passamos a viver, desde segunda-feira, uma nova realidade com a assinatura do Convênio que vai garantir a titulação de 18 mil propriedades aqui do nosso Estado. A vinda do Ministro de Desenvolvimento Agrário à Roraima para fazer a assinatura do convênio, entregar equipamentos, vinte milhões de reais que já se encontram na conta do governo foi muito noticiada pela imprensa, e isso tudo vai mudar efetivamente a realidade do nosso pequeno produtor, pois sabemos que a agricultura familiar, sem assistência técnica, não decola, não vai para frente. Com relação às PECs, uma das propostas do Senador Romero Jucá é que sejam tirados do cálculo do FPM e FPE os investimentos públicos. Por que Roraima sofre tanto, se é um Estado que recebe muito investimento da União? São dezenas de convênios que repassa milhões de reais todos os anos ao governo do Estado e às Prefeituras. Esses investimentos públicos hoje fazem parte do cálculo que define o nosso FPM e FPE, e isso tem causado uma distorção enorme, porque, na verdade, para o IBGE Roraima acaba aparentando o Estado mais rico

do Norte, e efetivamente é. Essa é uma proposta que tem que ser discutida, poi precisamos do FPM e FPE para o desenvolvimento do nosso Estado. Com relação à PEC dos ex-servidores, todo mundo sabe, é notório, é consolidado, que é um trabalho de longa data do Senador Romero Jucá. Ele quem fez a primeira migração dos servidores do ex-território para a União. Agora, ele continua com a adesão de outros políticos importantes para que essa transposição seja concluída. Então, estou à disposição. Se for necessário, vou até Brasília para Conversar com o congresso que vai modificar os cálculos do FPE e FPM. Não é uma questão de PEC, é uma questão do governo querer assumir esse compromisso financeiro. Essa é a questão que está sendo discutida. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Flamarion Portela – Quero louvar a iniciativa de Vossa Excelência, por se preocupar com o FPM e o FPE. Para clarear mais ainda o que o Deputado Rodrigo colocou, vou citar um exemplo prático. Roraima recebe um volume expressivo de investimentos, e isso eleva a nossa renda per capita que é uma das variáveis da recomposição do FPE e do FPM. Fizemos o senso de 2010 que foi sistematizado em 2011, e passou a valer em 2012. A Prefeitura de Boa Vista tinha um índice de 5.4, que caiu para 2.36. Sabe para quanto caiu em 2012? Para 2.06. Não estou falando aqui de oscilação de arrecadação, estou falando da queda real, valor absoluto, não relativo. Então, o Projeto do Senador Romero Jucá é nesse sentido, distrair essa variável que dá substância a renda per capita. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Obrigado, Deputado. Ontem, não sei se vocês viram, houve uma marcha dos Prefeitos em Brasília. Na reunião havia 600 Prefeitos do Brasil reunidos e vi o Presidente da Associação dos Municípios, Paulo Zil Cosque, dando entrevista na televisão, na Globo News, falando que estiveram reunidos com o Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, com o Presidente da Câmara, Marcos Maia, com líderes governamentais, e há consenso que é uma necessidade urgente se rever a questão do pacto federativo, inclusive, discutindo as questões dos royalties do pré-sal. Por que? Porque os municípios brasileiros, e especial Boa Vista, estão com dificuldade, e a população sabe da penúria que a Prefeitura de Boa Vista, e a dos municípios do interior do Estado de Roraima. É praticamente impossível gerenciar os municípios com a distribuição de renda que a União vem fazendo, arrecada quase um trilhão de reais de impostos e fica praticamente com todo o dinheiro, repassando apenas migalhas para os municípios e para os Estados, sendo que o FPE também diminuiu. Os governadores estão preocupados com essa situação. Eu vi ontem, em um noticiário da televisão, que na semana que vem vai haver uma reunião de governadores para discutirem a questão do Pacto federativo, e os municípios estão inseridos nesta questão, porque de uns seis anos para cá, os municípios só têm perdido recursos devido aos cálculos da transferência de FPM e FPE. Então, se você recebe um convênio para fazer um hospital, é como se aquilo representasse enriquecimento da população. Esses cálculos estão equivocados e precisam ser revistos, e só quem pode mudar essa situação é o Congresso Nacional. Obrigado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Chicão da Silveira – Deputado, quero cumprimentar Vossa Excelência e dizer da preocupação que é muito válida. Ontem, só porque o Congresso Nacional aprovou o piso salarial dos professores para 1.450,00 reais, foi um Deus nos acuda nesse país, porque os prefeitos não têm como cumprir a 886 em decorrência do fundo de participação dos municípios. No Estado de Roraima o único município que pode cumprir a lei é o município de Boa Vista, não há outra fonte de arrecadação nos demais municípios para cumprirem a lei de responsabilidade fiscal. Então, essa preocupação de Vossa Excelência é muito importante. Obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz continua. Obrigado a todos que me apartearam. E concluo, Senhora Presidente, dizendo o seguinte: o Deputado Brito, líder da oposição, falou sobre a criação de uma Secretaria da Indústria e Comércio, o governo vem trabalhando muito no asfaltamento das estradas, na recuperação da BR 174, obra de infraestrutura de qualidade, na eletrificação rural, ligando todos os municípios. O governo aprovou aqui, recentemente, o Estatuto dos Policiais Militares, a progressão vertical dos professores, acordo feito na nossa Comissão de Educação, vai sair a última parcela da verticalização, e vamos trabalhar na horizontalização para que se pague as outras progressões. Esse um processo mais longo, detalhado, mas o governo Anchieta vem trabalhando e criando uma infraestrutura para preparar o Estado para os grandes investimentos da iniciativa privada, o que foi muito bem colocado pelo Deputado Brito. Portanto, que venha a iniciativa privada dentro desse projeto, desse investimento que o governo vem fazendo. Obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Convido o Senhor Deputado Chicão da Silveira para assumir a Mesa dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Com a palavra a Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Membros da Mesa.

Todas as discussões nesta manhã foram importantes. Apresentamos três Indicações para o Governo do Estado em projetos que nós já vínhamos trabalhando durante o ano de 2011, juntamente com a Secretaria de Agricultura, Técnicos da Extensão Rural, Organizações Rurais. Antes de tudo, sou funcionária pública, da área de agricultura, e sempre tive um carinho especial e uma preocupação muito grande com esse setor.

A Secretaria de Agricultura do nosso Estado data da implantação do Estado, em 1991. Ao longo dos anos várias atribuições que faziam parte do seu programa de trabalho começaram a sair, como foi o caso da Agência de Defesa, que passou a cuidar da parte de fiscalização e defesa, o caso do instituto de terras, que passou a cuidar da parte da colonização em reforma agrária, o caso do ex-Instituto de assistência técnica que, em nível de Brasil, requer um posicionamento do Estado em torno de sua autonomia, tendo em vista que o serviço de assistência técnica, vinculado ainda a EMBRATER, a nível nacional, é órgão que necessita de sua autonomia para que possa angariar recursos e prestar serviços de assistência técnica, no Estado, para os pequenos agricultores. Inclusive, o governo federal contrata serviços externos para realizar os projetos de assentamento e não faz a contento, porque as instituições do Estado ainda não estão preparadas. Então, trabalhamos nesses projetos e tivemos a honra de ter participado do encontro realizado com o Ministro do Desenvolvimento Agrário, que veio assinar um convênio de 31 milhões para que sejam legalizadas, georreferenciadas as terras dos municípios do Estado: Mucajaí, Iracema, Cantá, Bonfim etc. Os pequenos produtores terão o georreferenciamento grátis com área de até 4 hectares. Com esse convênio foram adquiridos 16 recursos e uma equipe de campo já está trabalhando para que a gente possa titular essas terras o mais rápido possível. O Governador do Estado e o Vice-Governador que é Secretário de Agricultura, já levaram ao Ministro a nossa proposta da criação do Instituto, que foi bem-vinda, e o Governo Federal se propôs a ajudar para que seja encaminhado a esta Casa, o mais rápido possível, um decreto de sua criação, para que a gente possa conseguir esses recursos lá fora. O projeto foi elaborado a quatro mãos, foi um trabalho desenvolvido durante o ano inteiro. Encaminhamos também, a reformulação da Secretaria de Agricultura, pois com a saída de todas essas ações e serviços, praticamente o seu organograma ficou inadequado para que possa cumprir as funções de fomento, operacionais de mecanização, irrigação e incentivos fiscais que o setor agrícola requer. E, também, um documento com vários pontos elencados por nós para que faça parte do programa de trabalho para o setor agrícola no Estado de Roraima. Foram três documentos lidos aqui, hoje, aprovados pelos colegas para serem encaminhados, via indicação, para o Governo do Estado, e que retorne a esta Casa. E, vamos debatê-los, com a presença do secretário e de todos, para que possamos aprová-los. Nós estamos encaminhando também, através da Mesa Diretora, um Projeto de Resolução que altera o Regimento Interno da Casa, criando a “Procuradoria Especial da Mulher”. É um projeto da Câmara Federal, consta a Procuradoria da Mulher no seu Regimento Interno, e há um movimento da Câmara para que se crie como órgão da Assembleia, uma instituição forte que vai além das atribuições do CHAME, que tenha acesso às políticas nacionais da mulher, inclusive, com a participação delas em seminários e em instituições a nível internacional. Nós iríamos trazer aqui, no dia Internacional da Mulher, a Doutora Alcione, Presidente da Câmara Federal da Procuradoria, mas, infelizmente não conseguimos, devido a sua agenda, para o dia 08 de março, entretanto a Mesa está apresentando, nesta Casa, agora no mês da mulher, uma proposta para homenagearmos às mulheres, ou seja, a consolidação desse serviço.

Gostaria de dizer também que participei de uma reunião no domingo à tarde, e ainda se encontra no Estado, uma Comissão de técnicos de fora, coordenada pelo Doutor Marcos Pontes, que se encontra no Estado até quinta-feira visitando vários municípios para que possa implantar projetos de investimentos de sobrevivência sustentável nos nossos municípios do Estado. Essa equipe de trabalho da Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio tem como Secretários, o doutor Marcelo e o Doutor Orlando, e é formada por técnicos do Brasil e do exterior. A Assembleia está participando,

representada por mim. A primeira reunião foi no domingo, mas teremos outra na quinta-feira à tarde, para que se possa também realizar um grande projeto de investimento no Estado de Roraima, através das nossas Secretarias Especiais.

Gostaria de informar aos Senhores Deputados que existem duas indicações para serem votadas com relação à questão do IPER. Não tenho dúvidas de que esta Casa tenha responsabilidade, porque as indicações passam por nossas mãos e temos cuidado com elas, com zelo, porque é nossa obrigação as questões do Estado. Não gostaria de dizer que A ou B roubou, levou dinheiro ou não, mas dizer que ganha dinheiro como Presidente do IPER mais do que como Deputado é dizer que Deputado é ladrão e o Presidente do IPER também. Acho que são acusações que não cabe aqui. Vamos aprovar agora, o documento que se encontra aqui para ouvirmos as partes. Acho que seria uma coisa irreal a gente dizer que está se mudando dinheiro de uma conta para outra para roubar o dinheiro do servidor. Esta Casa não se apegar a essas coisas que são muito pequenas, se apegar sim, a chamar essas pessoas para prestar esclarecimentos, para que dentro da nossa responsabilidade possamos tentar corrigir se houver erros ou ajudar se houver acertos. Gostaria de dizer que é bem-vinda a PEC do setor agrícola que reduz o uso das terras para 50%. Até a semana que vem está se ensaiando a votação na Câmara Federal e nós vamos, com certeza, fazer sugestões para ter uma equipe nossa para que possa acompanhar essa PEC e as outras que já foram sitadas aqui.

Sou solidária ao Deputado Chagas por tudo que ele colocou aqui. Quero dizer, Deputado, que houve uma época em que o que aconteceu com Vossa Excelência, praticamente aconteceu comigo. Tenho quatro filhos, dos quais três tem mais de 30 anos de idade, não moram na minha casa, são trabalhadores autônomos, independentes, e nunca vou tirar a liberdade dos meus filhos como o Senhor não pode proibir a sua mãe de buscar o seu sustento, viver a vida e executar suas atividades. Digo sempre aos meus filhos que, por serem filhos de político, levarão muito tapa na cara, pois são espelho, e se um dia o espelho quebrar, respondem por ele. Se um dia alguém me ver votando em governador em troca de serviço ou pagamento de serviço que não foi executado, vou para cadeia eu e meu filho. Então, sou solidária a você. Quero dizer que fiquei surpresa quando ligaram dizendo que era Relatora, pois eu não tinha conhecimento dos fatos, uma jornalista que me informou, não tinha nenhuma outra necessidade, a não ser de atingi-lo, dizer que a empresa é do fulano de tal, como citou todas, mas a empresa “fulana de tal” é da mãe do Deputado. Esta Casa acredita no bom senso dos Conselheiros, a Assembleia Legislativa e o Tribunal de Contas são órgãos que se completam no serviço de fiscalização. Já estivemos no Tribunal conversando, vamos conversar muito mais com os Conselheiros, porque não podemos estabelecer coisas pequenas, picuinhas, nem retaliação, pois desempenhamos atividades que são muito maiores em nossa vida, temos a responsabilidade pelo povo que espera tanto de nós. Ontem, falei a uma amiga do Tribunal, Deputado Chagas, que nós envelhecemos, começamos a trabalhar aqui, Deputado Flamarion, com vinte e poucos anos de idade, tentando construir um Estado, não um Estado de picuinha, retaliação e interesses pessoais. O Tribunal de Contas e esta Casa, bem como as pessoas que nos elegeram não esperam esse tipo de comportamento de qualquer um de nós. Quero dizer ao Deputado Chagas que conhecemos a sua história de vida, ninguém lhe conhece como empresário de limpeza, os grandes empresários de limpeza deste Estado, que muitas vezes enricam às custas dos cofres públicos, não são Parlamentares e nem vinculados a eles. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Rodrigo Jucá pede Questão de Ordem. Senhor Presidente, solicito a prorrogação da Sessão, pois já passou do meio dia. Portanto, peço para deixarmos a apreciação do Veto para amanhã, já que não temos quórum.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Não havendo mais Orador inscrito, passamos para Ordem do Dia, com a discussão e votação da Moção de Pesar nº 03/12, pelo falecimento da Senhora Aldecy Figueredo Pereira (ALDECA), ocorrido no dia 24 deste mês.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura da Moção de Pesar.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) - Lida a Moção de Pesar.

A senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Senhores Deputados que concordarem com a Moção de Pesar, permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Moção de Pesar.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Requerimento nº 001/12, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, solicitando que seja oficiado ao Senhor Presidente do Conselho Estadual de Previdência, CEP, para que preste informação daquele Conselho, e do Requerimento nº 02/12, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, requerendo que seja convocado o Senhor Rodolfo de Oliveira Braga, Presidente do Instituto de Previdência do Estado de Roraima, para que se apresente em Sessão Plenária para prestar informações a respeito daquela pasta.

O Senhor Primeiro Secretário (Chicão da Silveira) - Lido os Requerimentos.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz pede Questão de Ordem. Em cima do que o Deputado Sampaio está colocando, vejo que o mais fundamental hoje, é convocarmos o Conselho e escutar o porquê dessa decisão e de tudo que Vossa Excelência apresentou. Nesse sentido, defendendo a vinda do Conselho.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio pede Questão de Ordem. Senhora Presidente, quero informar que são dois Requerimentos, um pedindo informações junto ao CEP e o outro convocando o Presidente do IPER, ex-Deputado Braga, para prestar informações e responde a algumas dúvidas por parte dos Deputados. No tocante, Deputado Joaquim, a nossa não convocação do CEP, ele é formado por Conselhos de voluntários, tem sua responsabilidade, mas já conversei com alguns membros do conselho que me disseram que autorizaram em virtude de um convencimento e dados técnicos fornecidos. Inclusive, já houve três reuniões, tenho cópias das atas que foram publicadas no Diário Oficial, e só após essas três reuniões que o conselho resolveu autorizar, e a nossa referencia desse Conselho eram os servidores eleitos, mas não conseguimos encontrar esses servidores. Primeiro, requeremos as atas para depois apurar as corresponsabilidades do conselho em si, mas de antemão, o Requerimento é que fosse colocado em votação o nosso Requerimento de convocação do Presidente, posto que ele tem sim, essas informações.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidente, eu só queria acrescer o estabelecimento de prazo, em que dia, porque nós já aprovamos tantas dessas convocações e elas nunca acontecem. Esse assunto é grave, o que se quer é que se determine se ele vem terça, ou qual é o dia que vem, para que possamos construir um preparo para fazer um debate franco, respeitoso, aberto e acima de tudo cristalino.

Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Peço aos Deputados que solicitaram o Requerimento que, ao invés do Presidente do Conselho, incluamos o Conselho, e que a gente já considere lida essa matéria para a próxima Sessão por falta de quórum e que estabeleçam a data.

Passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Chicão da Silveira – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Deputado Coronel Chagas, estava atento ao seu pronunciamento na Tribuna e quero dizer que estou solidário a Vossa Excelência. Às vezes, uma decisão monocrática o põe em jogo e o compromete, e você é execrado perante a opinião pública, e depois não há conserto. Somente um pedido de desculpas, na imprensa, não vai resolver a questão. Eu conheço sua idoneidade, seriedade, sua família, sua mãe. Vossa Excelência tem muita paciência, é muito tolerante, porque se isso acontece comigo, nem sei. O homem tem que ter postura, posicionamento. Às vezes, divulgam certas coisas para comprometer a família da gente, que causam um dano tão grande, só não a integridade moral, mas a pessoa, e hoje, observei na fisionomia de Vossa Excelência o tamanho da revolta, da indignação. Quero dizer a Vossa Excelência que irei abraçar essa causa junto com o Deputado, pois não podemos deixar que isso aconteça. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

Senhora Presidente, quando fez uso da palavra, falou que um Deputado utilizou um aparte para falar do ex Deputado Rodolfo Braga, Presidente do IPER, que ele disse algo a respeito de ganhar dinheiro. Essas palavras Deputados Chagas, Chicão, não são minhas, são do próprio Braga para o Deputado Sampaio, “que o que se ganha dinheiro como Presidente do IPER, não se ganha como Deputado”, eu só as retransmiti. O Deputado Sampaio esteve com ele no IPER, se ele está, de maneira ilícita ou lícita, ganhando esse dinheiro, eu não sei, é o que devemos apurar, são palavras deles. E, quero dizer para o nobre Deputado, Vice-Líder do Governo, Joaquim Ruiz, que ele fala da extinção das três secretarias e da criação de outra, é a uma proposição dele a extinção de três secretarias extraordinárias. E, ao meu ver, depois de grande pesquisa, não existe razão dessa existência que tem

um custo de três milhões de reais anual, e a criação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico da indústria, comércio e turismo seria realmente um ato positivo do governo no sentido de estruturar uma nova matriz econômica para o nosso Estado. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero deixar bem claro que, em momento algum, Deputado Brito, eu falei para o Senhor que o ex Deputado Braga estava ganhando dinheiro. Na conversa que nós tivemos, ele me perguntou como estava sendo a experiência de ser Deputado, e eu expliquei as dificuldades, os avanços, e que não conhecia o lado de situação, só de oposição. Perguntei a ele sobre a experiência de estar à frente do IPER, e ele disse que estava mais feliz, quando era Deputado, porque Deputado tinha um bom salário, e tudo que ele tinha era pouco, devido às demandas, os acordos. Eu compartilhei com ele esse sentimento: O salário de Deputado é bom, mas se não controlarmos os pedidos, os apoios que damos às instituições, as lutas que temos no dia-a-dia, talvez a gente comprometa todo nosso salário. E, ele me disse que estava muito feliz por estar tendo conhecimento do quanto é bom e fácil ganhar dinheiro no mercado financeiro. Eu o alertei, em cima das orientações que tive na faculdade quando cursei ciências contábeis, o quanto é perigoso esse mercado financeiro. Agora, se ele está ganhando dinheiro ou não, se é lícito, não sei informar, mas ele estava muito empolgado. Então, tive essa preocupação de alertá-lo, pois essa movimentação dos recursos do IPER me parece um pouco perigosa em virtude do que foi demonstrado pelo Deputado Flamarion, o quanto é vulnerável essas instituições no mercado financeiro. Por isso, acho que é mais justo convocar o Presidente do IPER para dar as devidas informações sobre esses recursos.

Deputado Joaquim, em suas falas aqui na Tribuna e na Rádio Folha, citou como exemplo o meu caso, como se eu tivesse sido condenado pelos procedimentos em processos, inquéritos na polícia militar, que eu seria ficha suja. Eu quero dizer que não me arrependo das lutas em defesa da categoria, fomos processados, mas anistiados pela lei federal 11.192. Esse Deputado que vos fala não responde a nenhum procedimento dessa natureza em nenhum órgão, e nenhum órgão pode tachar esse Deputado de ficha suja. A lei da ficha limpa lei, defendendo, pois veio do seio da população, uma iniciativa popular aprovada pelas duas Casas Legislativas, Câmara e Senado, com muita dificuldade e, agora, o Supremo bateu o martelo reconhecendo a legalidade dessa lei. Se amanhã ou depois, eu cometer algum equívoco alcançado por ela, paciência, pois a lei é para todos, inclusive, para aqueles que a defendem agora, enquanto ficha limpa. No tocante ao que foi noticiado, Deputado Chagas, quero me solidarizar com Vossa Excelência. Acredito que o Tribunal de Contas tem capacidade, tem competência para apurar, fiscalizar os fatos. Conheço Vossa Excelência há algum tempo, já tivemos posicionamentos diferentes no decorrer da vida, mas pelo pouco que sei da sua família, pertencem ao ramo empresarial. Conheço seu irmão de vista. Sei que há muito tempo milita. Lembro que na época do Governo Flamarion Vossa Excelência era oposição, pertencia ao grupo do Ottomar, mesmo assim, sua família já tinha negócios dentro do governo do Estado, através de licitação, compra, venda. Reconheço que existe essa vocação em sua família, é lícito. O fato de ser um homem público, não pode impedir sua família, parente, ou amigo de negociar com o governo, desde que seja dentro da legalidade. Agora, essa questão no nosso Estado é preocupante, pois, infelizmente, já tivemos empresas de irmão, mulher, parente de Deputados, onde constatou-se que o político estava apadrinhando. Quero acreditar que não seja esse o seu caso, pois sua família já tem 12, 15 anos que trabalha nessa área e nunca dependeu de apadrinhamento político. Vossa Excelência foi Secretário de Segurança, Comandante da Polícia, Chefe da Casa Civil, e nunca vi seu nome envolvido, mesmo com embate ideológico, enquanto praça, oficial, em questões como essa que manchasse seu nome, sua história e vida política. Agora, é preciso que esta Casa acompanhe essa questão da terceirização da merenda nas escolas em nosso Estado. Sei, Deputado, o quanto isso é doído. Tenho aqui um procedimento, e quero cobrar, Presidente, de Vossa Excelência, com relação às diárias que eu recebia. Foram para a imprensa, para a televisão, usaram de má-fé, divulgaram que eu tinha recebido quase 200 mil reais de diárias. Publiquei nesta Casa o que recebi realmente, 57 mil reais de diárias, e pedi ao corregedor que apurasse a legalidade dessas diárias e, até então, o corregedor não me deu nenhuma resposta. Quero reintegrar o meu ofício. Sei o quanto é difícil ser difamado, caluniado como está sendo agora o Deputado Chagas. Esse é o preço que pagamos por sermos homens públicos, mas não podemos ficar calados, temos que reagir.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu quero dizer

que quando citei esta questão do Presidente do IPER, não lembrava nem quem tinha falado, mas seja qual for a forma que tenha falado, não foi como colocaram aqui para os presentes, pois deu a impressão que quis dizer que ganha mais dinheiro como Presidente do IPER, do que como Deputado. E, isso sempre traz uma conotação, será que estão tirando de bolo lá e aqui também é assim? É isso que eu quis levar para as pessoas, lá há dinheiro do Estado, dos servidores, mas nós vamos chamá-lo aqui, porque é nossa obrigação fiscalizar. Com relação ao que o Deputado Brito falou, a nossa Secretaria de Planejamento da Indústria e Turismo, já existe com essas atribuições, e queria dizer que as Secretarias Especiais são cinco, criadas no Estado e aprovadas por lei. Elas tem organograma próprio, único, um número muito pequeno de servidores, 6, 7, cada uma dela, existe uma lei que aprova essas secretarias. Tanto a secretaria comandada pelo Doutor Marcelo, como pelo Doutor Orlando, têm esse trabalho de captação de recursos. Eu falei que uma equipe da ONU, Banco Mundial, está aqui desde domingo, para tentar captar recursos de fora para as nossas estradas. Sabemos que o nosso FPE é pouco, sofremos muito com isso, pois muitas coisas se busca lá fora, os recursos da ELETROBRAS, Minas e Energia. Essas pessoas e essas secretarias têm essas atribuições da elaboração de grandes projetos, e talvez até fosse bom uma hora dessas trazeremos esses secretários aqui para conversarmos.

Não havendo mais quem queira fazer uso do Expediente de Explicações Pessoais e, não havendo mais nada a tratar, encerro a Sessão e convoco outra para o dia 01, à hora regimental.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá, Sargento Damosiel e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 01/03/12

**ATA DA 2092ª SESSÃO, EM 01 DE MARÇO DE 2012.
43º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS.

(Em exercício)

Às nove horas do dia primeiro de março de dois mil e doze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima nonagésima segunda Sessão Ordinária do quadragésimo terceiro período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário (**Remídio Monai**) - Lida a Ata.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Chicão da Silveira**) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

.Memo Gab/Dep/AAP nº 005/2012, de 29/02/12, da Deputada Angela Águida Portella, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 29/02/12.

EXTERNOS:

.Ofício VRCV nº 838/2011, de 30/11/11, da Comarca de Caracará, encaminhando cópia da Sentença de fls. 187/204 e Acórdão de fls. 312-v/313.

.Ofício nº 068/2012, de 15/02/12, da Câmara Municipal de Mauá, encaminhando exemplar da Moção nº 02/2012.

.SEPLAN/CGC/Ofício nº 181/2012, de 16/02/12, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, cientificando que foram celebrados Termos de Convênio, Acordo e Termos Aditivos.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) - Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores

inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Jalsner Renier**) – Procede à chamada.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhora Presidente, Senhoras e e Senhores Deputados, imprensa, funcionários da Casa, amigos que nos prestigiam nesta manhã. Hoje é o primeiro dia do mês de março, no ano bissexto, de 2012. Ano este que, segundo a tradição popular, é um ano de dificuldades, contudo, quero dizer aos meus pares que, certamente, como o otimismo fez fazer parte do meu perfil, acho que o homem nunca deve se curvar às dificuldades, mas encarar os desafios com determinação de vencê-los. Com isto, digo que esta Casa terá durante este ano uma grande responsabilidade, porque sou daqueles que entendem que o Poder Legislativo é, sem dúvida, o príncipe dos Poderes ou aquele que é, sem dúvida, o maior responsável pela consolidação da democracia do País.

Tivemos até o ano passado momentos e ventos não muito favoráveis ao nosso Estado. É inegável que o cenário político foi de muitas incertezas e muita insegurança, mas mesmo assim, aqui estamos em 2012 um ano bissexto esperando que possamos superar obstáculos, vencer resistências, levar a participação da Assembleia Legislativa, do parlamento, a contribuir na busca permanente de um processo de aperfeiçoamento quanto ao convívio democrático, quer seja dos políticos, das autoridades e principalmente dos partidos políticos. Oxalá, a nossa justiça eleitoral seja célere para decidir de vez as pendências judiciais que ainda trazem nuvens não muito claras ao Estado e que sobretudo, os três Poderes, que segundo a nossa Constituição, devam ser independentes, mas harmônicos entre si. Que cada um desses Poderes possa cumprir com competência e galhardia as suas prerrogativas, de forma que prevaleça sempre o entendimento e o diálogo, e não só entre os poderes, mas dos demais outros órgãos que têm participação nesse processo.

Tenho ouvido discurso de colegas aqui sobre uma decisão tomada, grande expectativa da sociedade brasileira, pelo Supremo Tribunal Federal que finalmente aceitou a Ficha Limpa como uma conquista da sociedade. Sou daqueles que acreditam que a vigência dessa lei contribuirá decisivamente para o aperfeiçoamento das instituições democráticas para que haja sempre mais transparência na atividade política. Contudo, reconheço que trará alguns problemas, certamente, relevantes, mas é o preço que se paga para vencer etapas da democratização do nosso país.

Acho que a Ficha Limpa trará entre outras coisas importantes, a valorização da classe política, em especial dos partidos políticos. É possível que alguns de nós possam até ter que pagar algum preço de ordem pessoal, mas é o risco que corre todo cidadão que espontaneamente resolve ser político militante para disputar mandatos.

Assim sendo, nos primeiros movimentos desse ano, percebemos pela imprensa, em função dos nossos pronunciamentos, algumas atitudes que parecem querer se alvarar em instâncias e decisões de quem é ficha limpa ou quem é ficha suja. Entendo, Senhores Colegas Deputados, que isso é uma temeridade, cabe a todos nós externar a nossa opinião se assim entendermos necessário. Entretanto, que somente um poder é quem tem essa prerrogativa, de forma soberana e independente, informar à sociedade, quem é que foi ou será atingido por essa nova lei. Cabe a nós cidadãos brasileiros, políticos, acatar e aguardar com serenidade as decisões que paulatinamente se tornarão públicas em decorrência das próximas eleições. Teremos certeza se o cidadão incorreu ou não na condição de ficha limpa e daí para ficha suja, quando o cidadão for pleitar o seu registro para concorrer as próximas eleições municipais.

Por isso acho temerário que já se publiquem listas sem base em informação oficial da justiça eleitoral para dizer que o cidadão A,B ou C está enquadrado na ficha limpa. E assim sendo, meus amigos, queria na qualidade de cidadão que já tem uma trajetória de vida e que aqui exerço o meu mandato dizer aos meus pares que é preciso que tenhamos paciência, prudência porque dizem que cautela e caldo de galinha não fazem mal a ninguém, ou seja, não adianta, muitas vezes, tomarmos atitudes precipitadas, eu costumo pautar a conduta da minha vida nos princípios que regem o meu País democrático, onde funcionam todos os poderes e toda vez que sentir meus direitos ofendidos entendo que o fórum legal para isso é a justiça. Portanto, meus amigos, devemos pensar um pouco mais e nos atermos às responsabilidades desta casa neste ano que se inicia. Nuvens, que pairavam por aí, devem ser tratadas dentro desse escopo de discussão, de debates para esclarecimentos. Embora o parlamento seja o lugar de falar, também cabe atuar e agir como um poder moderador. Acho que essa é a grande responsabilidade desta Casa neste ano que começa. Além de naturalmente demonstrar, como sempre fez, de responder aos anseios da sociedade votando e aprovando ou não proposições, julgadas de

interesse para a sociedade. Assim sendo, se por um lado pairam algumas dívidas, também, vislumbram-se no fim do túnel algumas ações que considero alvissareiras com relação ao nosso Estado de Roraima. Sabidamente a vocação natural do nosso Estado é a atividade primária: a agricultura, e a pecuária. Até então, vivenciados 23 anos, não tínhamos conseguido ainda encontrar o caminho das pedras para superar as dificuldades e barreiras que se antepunham. Hoje, nós temos algumas decisões envolvendo ação do Governo Federal e dos poderes que o compõem tanto no plano federal como estadual. O Estado de Roraima passou de um estado virtual sem terras para um estado que começa a tê-las. Se o nosso Estado dispõe de solo, de clima de condições de mercado e de tudo favorável para o desenvolvimento da agricultura, é preciso que esses fatores importantes sejam viabilizados. Não há como a agricultura progredir se o cidadão que trata a terra não for dono dela. Isso não é preciso repetir. Acredito que medidas concretas, já tomadas, indicam que, se durante os três anos que restam deste mandato o nosso Estado conseguir realmente titular pelo menos 18 mil propriedades, o passo principal estará dado para que Roraima venha se tornar um estado capaz de não só produzir bens de consumo do setor agrícola para anteder a sua população, mas para gerar excedentes comercializáveis e exportáveis que possam implementar verdadeiramente o nosso Estado dando mais condições para que o Estado se torne cada vez menos dependente do poder federal.

O recente evento, que houve no dia 27 próximo passado em Campos Novos, foi algo que há muito tempo não se viu no Estado de Roraima com um governo que, em tese, num grupo adversário do Governo federal pudesse ser articulado naturalmente com o Governo Federal, implantar o Programa Terra Legal com a participação do Governo Federal através do Ministério do Desenvolvimento Agrícola e, por outro lado, o Governo do Estado através da Secretaria de Planejamento e do ITERAIMA já em passos concretos no sentido de acelerar as condições para que o Estado possa finalmente colocar na mão daquele, o agricultor que merece o título definitivo da terra para que ele possa, então, elaborar os seus projetos de produção, buscar o crédito agrícola, e a partir daí desenvolver a sua agricultura.

Aparte concedido Ionilson Sampaio – É louvável o pronunciamento de Vossa Excelência, pois, realmente, este estado precisa fortalecer o seu setor produtivo. A angústia do produtor rural, parecia uma penitência, na espera pelo título definitivo de sua terra, seus créditos, dinheiro que lhe era disponível no BASA, mas voltava por absoluta falta de documentos legais para que o produtor pudesse acessar esse crédito. Todo ano voltam mais de 100 milhões de reais, se os governos antecedentes tivessem se preocupado com essa questão, talvez a Secretaria de Agricultura nem precisasse desse orçamento pífilo que tem hoje, de tantos recursos disponíveis que tem do PRONAF, enfim, tem bastantes recursos disponíveis para o produtor. O Estado não oferecia essas condições, não resolvia a questão do título definitivo, há, ainda, pendências no nosso zoneamento econômico, ecológico que precisa ser definido, precisa ser fortalecida a Fundação Estadual de Meio Ambiente para dar a regularização ambiental, fundiária. Nós estamos na eminência de acompanhar a votação do novo código florestal, agora, em março na Câmara Federal. E, quanto ao dispositivo que a Senadora Ângela conseguiu, para utilizar até 50% dessas áreas nos Estados, onde tem mais de 65% de áreas de preservação ou terras indígenas. Não sei se será possível contactarmos com os nossos parlamentares federais, para que peçam uma atenção especial, e também pedir à assembleia legislativa que mande alguns representantes desta Casa para contato com outros parlamentares que não de Roraima, sobre a importância dessa questão para os Estados que foram terrivelmente prejudicados. Eu faço um apelo à Mesa Diretora para, no momento da votação no Congresso Nacional, enviar uns 3 ou 4 Deputados para representar o Estado na tentativa de tentarmos sensibilizar alguns que por ventura pensem ao contrário, colocá-los a par da nossa realidade e da necessidade de vermos o código aprovado na Câmara. Parabéns pelo pronunciamento de Vossa Excelência, na esperança que esse código florestal não sofra alterações principalmente nessa questão, obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua – Eu concordo com suas colocações sobre o assunto que está tendo bom encaminhamento que é o da transparência de terras, mas não esgota a questão. Temos outros problemas importantes que precisam ser equacionados, e cita-se o da inserção das questões pendentes como reservas ambientais em decisão que deverá ser contemplada na votação do Congresso Nacional. O momento precisa sim de envolvimento do nosso Estado através dos seus representantes. É preciso que seja mais um episódio em que as pessoas públicas, os nossos representantes federais e estaduais participem das

negociações com o governo federal, visando dirimir essa questão, inserir propostas no novo código florestal e que sejam aprovadas.

Por outro lado, existem outros problemas que precisam ser sanados, por exemplo, quanto à lei do zoneamento econômico, ecológico que esta Casa votou há dois anos, enquanto a parte técnica que define o conteúdo do zoneamento é a que se propõem a normatizar não foi trabalhado por problemas que ocorrem, talvez quiséssemos fazer somente com inteligência local, porém temos que admitir, que as vezes a gente precisa ter a grandeza em aceitar a experiência externa para superar dificuldades, mas, enfim, felizmente, parece bem encaminhado. Há poucos dias participei de uma reunião de um pequeno grupo de técnicos para a primeira prévia da proposta de zoneamento que será levada ao CONAMA dentro de um curto prazo. Discutiu-se lá apenas uma questão, se apresentaria a proposta no CONAMA antes de votar o código florestal ou depois de tê-lo consolidado. Fui um dos que opinaram, dando a ideia: quem esperou até agora esperaria mais um mês ou dois, para garantir que seria consagrado no código florestal que pudesse ser incluído não como hipótese, mas como situação concreta na proposta de zoneamento. Parece que essa é a disposição que deva prevalecer.

Por fim, meus amigos, o Presidente da Casa nestes dias em que o Presidente da Comissão estava em gozo, por alguns dias, de recesso, com muita justiça, quando nós e o vice-presidente o representávamos, solicitou que a Comissão de Agricultura organizasse um simpósio sobre agricultura, pecuária e política rural do Estado de Roraima, nos moldes ou a exemplo do que esta Casa proporcionou no ano passado com relação à saúde, educação e ao trânsito. O evento a ser realizado, servirá para passar uma verdadeira radiografia da nossa agricultura e pecuária. E a partir do qual recolher sugestões que nos permitirá subsidiar as autoridades públicas executivas. Já estamos trabalhando nessa linha, tivemos duas ou três reuniões da comissão já envolvendo o público que deverá integrar o planejamento do simpósio. A previsão, ao planejar o simpósio, para a sua realização seja possivelmente, na segunda quinzena de abril, e que esta Casa possa proporcionar dois dias de intensas discussões e debates para conhecermos de fato não só os pontos negativos, as limitações, mas também os avanços pelos quais deverá a nossa agricultura e pecuária trilhar. A nossa Bancada constituída por 24 Deputados, cuja maioria vinculada ao meio rural, gostaríamos de contar com o maior número possível de colegas emprestando a sua colaboração para realização do seminário de forma que esta Casa cumpria o seu papel de interagir com a sociedade, e a partir dessa interação trazer a público a real situação e as perspectivas de futuro da nossa atividade que, certamente, será a redenção deste Estado. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais Orador, suspendo a Sessão por dez minutos para que possamos aguardar a documentação necessária para a votação da Ordem do Dia.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Declaro reaberta a Sessão.

Informamos aos Senhores Deputados a presença, em nossa Casa, do Doutor Florian Madruga, Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e Diretor Executivo da Secretaria Especial, Editoração e Publicações do Senado Federal. Ele encontra-se em Roraima para promoção de cursos que a ESCOLEGIS estará oferecendo ao povo de Roraima, um seminário de responsabilidade fiscal e de legislação eleitoral. O primeiro seminário cuja abertura será hoje às 18 horas, com seminário de responsabilidade fiscal, amanhã, às 08 horas, o seminário de legislação eleitoral. O Doutor Florian e uma equipe já estão presentes e, até o meio-dia, mais alguns técnicos, que compõem a sua equipe estarão aqui para realização desses cursos. Vamos convidar o Doutor Florian, apesar de ser uma quinta-feira, quase no fim da Sessão, dia em que os Deputados se deslocam muito para outras atividades, gostaríamos de convidá-lo para compor a Mesa. Convido a Deputada Ângela que o conduza até a Mesa.

Boas vindas ao Doutor Florian, um velho conhecido da Assembleia Legislativa, tem nos ajudado muito com relação à ESCOLEGIS, desde sua implantação e, também, a INTERLEGIS. Gostaríamos de ouvir um pouco sobre a ESCOLEGIS e o INTERLEGIS.

O Doutor Florian Augusto Coutinho Madruga, Presidente da Associação das Escolas do Legislativo e de Contas – Desejo um bom dia para Vossas Excelências, é uma satisfação estar em Boa Vista, participando de um seminário importantíssimo que a Assembleia Legislativa, através da ESCOLEGIS, vai realizar logo mais à noite. Quero dizer que sou servidor do Senado Federal, há 38 anos trabalho naquela Casa Legislativa. Neste período tenho desempenhado algumas

atividades no Senado, como Diretor da Gráfica do Senado há 20 anos, Diretor da Escola do Legislativo do Senado Federal por 6 anos, fui Diretor do Conselho de Ética do Senado e Chefe de Gabinete da Presidência, quando o Senador Garibaldi Alves Filho foi Presidente do Senado e do Congresso. Mas a atividade que eu desempenho com muita alegria e satisfação é o de Presidente da Associação Brasileira das Escolas do Legislativo e de Contas. Eu ando por todo o Brasil como se fosse um caixeiro-viajante levando mensagem de educação legislativa. As pessoas costumam me perguntar o que é uma escola do legislativo e para que serve, se é para formar parlamentares, se é para dar cursos para vereadores, Senadores. Respondo que não. Escola do Legislativo e de Contas, porque também funciona nos Tribunais de Contas por determinação da Constituição Federal. O Constituinte de 88, por uma dessas felicidades que ocorrem no nosso Poder Legislativo, colocou um dispositivo na Constituição para que as três esferas do governo criassem suas escolas para a capacitação dos servidores. É o artigo 39, parágrafo 2º da Constituição Federal. E foi mais além, ainda, o Constituinte, quando determinou que o servidor só poderia ter a sua carreira funcional, a sua ascensão na carreira funcional se ele participar dos cursos oferecidos pela Escola do Legislativo. Por que o Constituinte colocou esse dispositivo na Constituição? Por uma razão muito simples. Até 1988 não havia a obrigatoriedade do acesso do servidor à administração pública por intermédio de concurso público. As pessoas eram nomeadas sem terem requisitos profissionais, grau de escolaridade e sem se submeterem a concurso público. O Constituinte quis profissionalizar a administração pública. A finalidade foi a profissionalização da administração pública nos níveis federal, estadual e municipal. Com isso as escolas foram sendo criadas. O Poder Executivo Federal em Brasília criou 3 escolas que hoje servem de arcabouço para formação dos quadros do Poder Legislativo. Criou a Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, que é considerada hoje uma escola de excelência da administração pública, criou a escola superior de administração fazendária, que forma os quadros da Receita Federal, do Ministério da Fazenda e o Instituto Rio Branco, este forma os nossos Diplomatas. A partir da criação dessas 3 escolas, o nível de qualificação do Poder Executivo melhorou substancialmente. Eles são obrigados a se submeterem a concurso público e só poderão ingressar nos seus órgãos após a realização de curso na ENAP, e só são nomeados se forem aprovados no curso de formação. A EZAF que forma os quadros da Receita Federal, a escola é de um nível tão elevado que os próprios técnicos do Fundo Monetário Internacional vão para Brasília estudarem na escola. Hoje, reconhecidamente, entre os melhores Diplomatas do mundo são brasileiros em razão dessa escola. O Executivo se equipou com as suas escolas, e o Poder Judiciário criou tanto na esfera federal quanto na estadual a escola de magistratura, inclusive, em Roraima tem a escola para os quadros do Poder Judiciário. E ficou faltando o Poder Legislativo. Foi aí que surgiu dentro do Senado Federal a criação da primeira escola do legislativo no Brasil no âmbito federal, Senado Federal. Na Presidência do Senador José Sarney, em 1997, foi criado o Instituto Legislativo Brasileiro com a finalidade de capacitar, treinar, reciclar e formar os quadros funcionais do Congresso Nacional, para preparar os servidores que trabalham no Senado Federal e na Câmara dos Deputados. Além de ter criado o Instituto Legislativo Brasileiro, na Presidência seguinte com Senador Antônio Carlos Magalhães foi criado mais um organismo dentro do Senado voltado para a área de capacitação dos servidores que é a INTERLEGIS. Antônio Carlos Magalhães, no final de sua administração, criou mais um organismo dentro do Senado que foi a Universidade do Legislativo Brasileiro. O Senado tem uma Universidade especializada em Poder Legislativo, que oferece cursos de graduação de especialização, pós-graduação para servidores do Poder Legislativo de qualquer parte do Brasil, e para qualquer cidadão que queira conhecer, se aprofundar em Poder Legislativo, em Técnica Legislativa e em processo legislativo e orçamento. Essa universidade oferece esses cursos tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade à distância. Pois bem, o Senado tem três instituições que cuidam só da capacitação dos servidores. E vejam, Vossas Excelências, como o Senado tem levado a sério a área de capacitação dos servidores. E vou explicar o porquê. Os Senadores se conscientizaram que a sua atuação parlamentar, a sua eficiência na atuação parlamentar, o sucesso da atividade parlamentar depende de uma boa assessoria. E, hoje, o Senado tem, digo isso com muito orgulho por ser servidor daquela Casa, os assessores bem mais preparados dentro do legislativo brasileiro. Os nossos consultores legislativos, os nossos consultores de orçamento, os nossos técnicos legislativos, estão permanentemente participando

de capacitação e de cursos internos no Senado e de cursos externos, inclusive, irem ao exterior para se especializarem. Estão permanentemente participando de congresso fora de Brasília para que possam dar um melhor assessoramento aos nossos Senadores. Então, é por isso que, hoje, dentro do Senado Federal, o Presidente José Sarney dá muita ênfase a isso, e costuma dizer em seus pronunciamentos que ele tem orgulho muito grande do quadro de servidores do Senado, por ser um quadro altamente qualificado, treinado e capacitado.

Saindo do Senado e indo para a Câmara dos Deputados que também criou uma Escola do Legislativo, chama-se CEFOR – Centro de Formação da Câmara, é uma escola de altíssima excelência que hoje atende a todos os servidores que trabalham com os 513 Deputados Federais. Todos eles são permanentemente reciclados nessa escola para que, também, possam oferecer uma boa assessoria aos Parlamentares.

O Tribunal de Contas da União também criou a sua escola, como órgão auxiliar do Poder Legislativo. Os Tribunais de Contas Estaduais, na sua maioria, hoje são 16 Tribunais de Contas Estaduais que tem as suas escolas de contas funcionando para capacitar os servidores dos tribunais, inclusive, tenho informação de que, em 2003, o Senado Federal estimulou, através da Presidência do Senado, a criação de uma entidade que congregasse todas as escolas do legislativo do País. Em maio de 2003, foi criada a Associação Brasileira das Escolas dos Legislativos de Contas. Na época da criação da escola só 04 escolas funcionavam no Brasil, de Minas Gerais, Pernambuco, Santa Catarina e Rio grande do Sul. E foi, a partir da criação dessa instituição, que houve uma reunião em Brasília com a participação de 20 Assembleias naquela onde foi criada a Associação chamada ADEL. Hoje, nove anos depois, para nossa grande alegria temos escolas funcionando nas 26 Assembleias Legislativas e na Câmara Legislativa do Distrito Federal. O Brasil todo hoje está com suas Escolas do Legislativo funcionando, tanto em nível federal como estadual. Hoje, há 38 escolas funcionando em Câmaras Municipais, inclusive, a Câmara Municipal de Boa Vistas. A primeira Câmara Municipal de capital que criou uma Escola do Legislativo foi em Boa Vista. Antes mesmo da criação da ESCOLEGIS na Assembleia Legislativa de Roraima, a Câmara Municipal de Boa Vista já tinha sua escola funcionando. Pois bem, Senhores Deputados, essa grande corrente que está se formando no País a nós chamamos de educação legislativa, é a grande revolução silenciosa que está ocorrendo no Parlamento Nacional. Essa mudança de mentalidade para que os servidores do Poder Legislativo estejam bem preparados, não só para atender Vossas Excelências mas, principalmente, para atender os cidadãos. Costumamos dizer de peito aberto que as Casas Legislativas são a casa do povo, e portanto, temos que receber bem o povo em nossas dependências. Precisamos ter servidores treinados para atender a qualquer cidadão que trouxer qualquer tipo de problemas em busca de soluções. A Escola do Legislativo é o grande veículo que existe dentro do Poder Legislativo brasileiro para servir de elo entre o parlamentar e o cidadão, e é por conta disso que a escola do Legislativo tem o segundo viés, enquanto o primeiro é para trabalhar dentro da Casa Legislativa para capacitar os seus servidores. O o segundo viés é trazer o cidadão para dentro da casa Legislativa. E como é que esse cidadão chega aqui pela Escola? Através dos estudantes de primeiro, segundo e terceiro grau. Hoje, praticamente, todas as Casas Legislativas que têm escolas que tenham Parlamento Mirim ou Parlamento Jovem, recebem crianças de escolas de primeiro grau, através de eleição que são realizadas nas escolas, que elege os seus Deputados mirins, elege os seus Deputados jovens e eles vêm aqui para dentro da Assembleia para conhecer como funciona o Poder Legislativo, tomam conhecimento do papel do Deputado Estadual, de um Vereador e, principalmente, para praticar a parte legislativa, para desempenhar o papel de um Deputado, participando de Comissões, apresentando Projetos de Lei, enfim, tendo uma educação cidadã. As Escolas do Legislativo tratam da formação do cidadão, levando ao cidadão qual a importância da democracia, levando aos estudantes o conhecimento sobre a importância do Poder Legislativo dentro do conceito da democracia, dentro da estrutura de conceito dos três poderes. Então, esse é um papel que a ESCOLEGIS tem que desempenhar na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, e conforme vem sendo feito, hoje, no Rio Grande do Sul, no Ceará, no Mato Grosso, em Goiás, em Brasília, em todos os estados. Hoje não tem uma Escola do Legislativo em Assembleia Legislativa que não tenha o seu parlamentar jovem com mandado definido com eleição nas escolas. Quer dizer, é a prática da democracia sendo exercida a partir da criança, ainda no ensino fundamental. Nós costumamos

dizer, Senhor Presidente, cada estudante que buscamos na escola buscando para conhecer a Assembleia Legislativa, da Câmara Municipal, será uma criança a menos a fumar crack. A criança que venha para a Assembleia Legislativa participar das Sessões, conhecer como funciona o Poder Legislativo, é um futuro Parlamentar, conforme sou testemunha de vários estudantes que desempenharam a função de Vereador mirim, de Deputado jovem, disseram pra mim: Professor, quando eu completar a maioridade, eu vou ser candidato, na minha cidade, à Câmara Municipal, onde eu pretendo ser, futuramente, um Deputado Estadual ou Federal, quem sabe um Senador. O próprio Senado Federal, consciente desse importante papel ao trazer o cidadão para dentro da Casa Legislativa, criou no ano passado o Senador Jovem. De cada estado do Brasil, o Senado está levando, todo ano, acho que vai ser no mês de novembro, um estudante escolhido em Roraima, pelas escolas daqui, para ficar uma semana em Brasília, no Senado Federal, como se fosse um Senador da República, participando dos trabalhos das Comissões, participando dos trabalhos do Senado, discutindo e defendendo os projetos de lei. E, quanto ao projeto que os próprios estudantes escolherem, o próprio Senado o assume como se fosse de sua autoria e leva esse projeto para ser discutido nas Comissões. Então, excelências, venho de Brasília trazendo para Roraima a mensagem de que o Poder Legislativo, não temos dúvidas, é o mais importante dos três, não é porque há um equilíbrio dos três, mas o mais importante é por ser o mais transparente. Entre os Senhores e o Plenário, há uma divisória de vidro transparente, não há uma parede, tudo aqui é feito às claras. Falo assim com muita tranquilidade porque eu moro em Brasília há 49 anos, quando Brasília fez um ano eu me mudei para lá. Digo para os Senhores que eu não tenho acesso ao gabinete de um Ministro de Estado na Explanada. Se eu chegar na portaria do Ministério e disser que eu quero ir ao gabinete do Ministro Guido Mantega, o cara vai pensar que eu sou doido, e vai querer saber o que eu iria fazer lá no gabinete do Ministro. Se eu for no Supremo Tribuna Federal e disser que eu quero fazer uma visita ao Ministro fulano de tal, o segurança manda eu voltar da calçada mesmo. Eu não tenho acesso, é impossível. Mas, se eu chegar na portaria do Senado Federal, da Câmara dos Deputados, e disser que eu sou Floriano Madruga, moro lá em Boa Vista e vim visitar o gabinete do Senador do meu Estado, eles vão me orientar como eu vou chegar ao gabinete, ao anexo que devo ir, qual número do gabinete. Os Senhores podem ter certeza que o Senador vai me receber no seu gabinete, que o Deputado Federal também vai me receber no gabinete. Essa, portanto, é a diferença entre o Poder Legislativo e os demais Poderes. Exemplificando, as decisões que Vossas Excelências tomam são exaustivamente discutidas aqui, por isso que se chama Parlamento, que vem do italiano Palar-Falar, então é diferente das decisões que são tomadas nos gabinetes do Poder Executivo ou do Poder Judiciário. Esse é o motivo pelo qual nos todos, Parlamentares e servidores, devemos estar sintonizados para que o cidadão, quando chegar em nossa Casa, seja muito bem recebido e esclarecido. Enquanto servidores, temos que estar muito bem preparados para atender as demandas de Vossas Excelências, como coadjuvantes dos mandatos de Vossas Excelências, para que tenham a tranquilidade de ter uma atividade legislativa eficiente, profícuca, evitar que projetos ao chegarem na Comissão de Constituição e Justiça, sejam carimbados como inconstitucionais. Isso depende de uma boa assessoria, de um gabinete com pessoal bem preparado, competente, e quem prepara é a ESCOLEGIS. Educação, importante componente para o indivíduo, e Vossas Excelências sabem muito bem, até a saúde é melhor para o cidadão. O cidadão educado, com certeza, ele se previne das doenças, dificilmente entra no mundo do crime e não acaba em uma penitenciária. Sem educação não se vai a lugar nenhum, uma vez adquirida a educação nos auxilia, resolve problemas das cidades, do Estado e do País. Eu me coloco à disposição de Vossas Excelências e digo, hoje, já às vésperas de ser avô, com 41 anos de serviço público, tenho 38 de Senado e mais 03 na Universidade de Brasília, eu poderia estar em casa tranquilo, quieto, no meu cantinho, cuidando dos meus livros, mas preferi continuar no caminho da educação legislativa, assumir esse compromisso com os cidadãos do meu País, com os meus colegas das Casas Legislativas de todo o País, para implantarmos um modelo de educação legislativa de capacitação, de treinamento, para formação de quadros profissionais para o Poder Legislativo. Desempenho essa atividade com muita tranquilidade, com muita dedicação e amor. Antes de chegar em Roraima, me encontrava em Natal, cuidando da organização da conferência da UNALE, da qual Vossas Excelências irão participar do dia 30 de maio a 01 de junho.

Participei da Comissão organizadora como presidente da ABEL, acontecerá um grande encontro em Natal, a expectativa é que haja uma participação de 1200 pessoas. Participarão 28 grupos de parlamentares de países da América do Sul, da América Latina, dos Estados Unidos, da Europa, da África. Promete ser um grande evento, o tema principal vai ser sobre energia, mas a UNALE está incentivando muito a capacitação dos servidores do Poder Legislativo. Espero, inclusive, contar com a presença de Vossas Excelências em Natal, para participarmos efetivamente, discutir isso aí cada vez mais. Quero parabenizar a Assembleia pela ESCOLEGIS, tenho certeza que, no norte do País, essa escola, que eu vi nascer, ainda vai dar muito orgulho para a Assembleia, para os Parlamentares e para os servidores da Casa. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Com a palavra o Senhor Deputado Brito Bezerra.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Dr. Florian, permita-me apresentar-me, sou o Deputado Brito Bezerra, do PP, líder da Oposição nesta Casa. Parabenizo a louvável atitude da Casa em convidá-lo a nos dar esta palestra esclarecedora no que diz respeito às atribuições das ESCOLEGIS no nosso Estado, parabenizo a atitude da Deputada Ângela Aguida Portella à frente da ESCOLEGIS no nosso Estado. A ESCOLEGIS é de fundamental importância aqui no Parlamento, no sentido de atender nossos colaboradores com cursos profissionalizantes, cursos de aperfeiçoamento, onde a Deputada Ângela Portella e os colaboradores da ESCOLEGIS têm desempenhado de forma competente este trabalho. Mas, o senhor frisou uma questão importantíssima, em relação a qual comungo com o Senhor quando se refere em estender as atribuições da ESCOLEGIS às escolas públicas, aos cidadãos não servidores do Parlamento. A classe política no nosso País, observa-se, principalmente, um estigma, um aspecto que não estamos trabalhando como objeto, considerado essência da política, a arte de fazer o bem, é a ferramenta que se tem para mudar ou para melhorar a vida das pessoas. A grande maioria das pessoas, até por maus exemplos de muitos políticos por este País afora, estigmatiza a nossa classe. Entendam que os políticos não mudam a vida das pessoas, entende-se que o político, seja ele do Executivo ou Legislativo, não está desempenhando seu papel no tocante a se somar com os demais poderes no sentido de atender as demandas coletivas do nosso povo. A mídia tem um papel importante no nosso País, mas, por vezes, comete alguns atropelos. Costumo dizer que ela faz o julgamento antecipado da lide, fazendo algumas insinuações mal versadas sobre a classe política. E quando a imprensa divulga, a população, o povo em geral tende a ter aí um juízo de valor sem que, nem de maneira administrativa nem o Poder Judiciário, que tem essa função, tenha julgado o mérito da questão, chegado à conclusão de inocente ou culpado, e a mídia faz a execração do político. Por isso, a classe política tem sofrido muito quando busca diálogos e entendimentos com a sociedade em geral. E a ESCOLEGIS, Deputada Ângela, pode desempenhar um papel interessante e fundamental em formar novas ideias junto com as escolas públicas, esclarecer e informar aos jovens que a política é a ferramenta de fazer o bem, que o político, ao esclarecer a política, define e decide a vida das pessoas, é quem formula as leis, em relação as quais as pessoas têm que estar próximas. Muitas vezes, ouvimos nas ruas as pessoas dizerem que não acreditam na política, no político, mas, temos um contraponto na nossa democracia, e entendo como contraponto, o fato de sermos intimados a votar, quer dizer, se você não votar vai pagar multa, e além daquele espírito fervoroso que caracteriza o brasileiro, que se deixar contaminar pelo contexto das eleições, aliás é um contexto maravilhoso, as energias fluem, a gente tem liberdade de escolher o lado, partido, pessoas. Então no dia da eleição certamente vai votar. E se não houver o conhecimento prévio sobre política, político, termina votando em qualquer um, e esse qualquer um é que tem ajudado a estigmatizar o político, denigre, desvirtua a imagem de muitos políticos. Mas, os que entendem que fazem a política do bem, são arrastados para este meio. Então, cabe à ESCOLEGIS formatar uma nova cultura após colhidas as informações nas escolas municipais, estaduais, em conferências, ao torná-las públicas, claro para todo cidadão roraimense, principalmente aos que estão nos bancos das escolas sobre a política e políticos, aconselhar a conhecê-los e se aproximar deles para, na hora de votar, escolher seu verdadeiro representante no parlamento e no Executivo. A ESCOLEGIS tem esse papel, considero fundamental e de extrema importância na formação de uma nova opinião a partir dessa juventude. Acredito haver pelo menos um pouco mais interesse em conhecer quais os políticos que irão participar de um pleito e qual entre eles que verdadeiramente

representará visando melhorar as condições no seu cotidiano e na sua prospecção futura. Então, parabéns ao Senhor, a esta Casa, à Deputada Ângela Portella. Foi a minha sugestão para que possamos desenvolver este trabalho junto com a sociedade roraimense. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Com a palavra o Senhor Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidente, Professor Florian, permita-me chamá-lo de professor, pois acredito ser a mais nobre das profissões. A responsabilidade de um professor é tamanha no processo de formação de geração em geração com o propósito maior em fazer com que todos alcancem a mobilidade social, aquilo que ele sonha, aquilo que ele deseja dentro do princípio ético e da moralidade, mas, acima de tudo, com o seu próprio esforço. Já tive a oportunidade de ouvir palestras de outros consultores do Senado, e as que tive a oportunidade de ouvir realmente me impressionaram bastante. Estou muito feliz de ter ficado aqui, tive a oportunidade de absorver um pouco do conhecimento do professor Florian. Obrigado, pela sua exposição de forma simples, direta, didática e objetiva, fazendo a explanação nacional desde a Constituição até o que se alcança com as escolas, através da Câmara Municipal. Então, o meu abraço fraternal e o meu agradecimento. Pela semelhante atuação à Deputada Ângela Portella, que, de forma brava, heroica, determinada, conduz a ESCOLEGIS. Como é sua área, professor, não é fácil, a tarefa, não. Mesmo não estando diretamente envolvido na gestão dela, vejo as dificuldades que a Deputada Ângela enfrenta, mas, ela não se deixa abater, vence as dificuldades, supera os obstáculos. Esse exemplo de qualidade, também é uma grande lição, e o recado que o senhor deixa, é um incentivo, estímulo para que todos nós despertemos e possamos ter a consciência plena que o valor da ESCOLEGIS é fundamental, primordial para o conjunto dos trabalhadores, dos colaboradores deste Poder, também, de grande importância para a sociedade, porque se extrai exemplos. Não tenho conhecimento se a Deputada Ângela já tem este projeto, se não tiver, façamos o parlamento mirim aqui. A Câmara já faz, o Senado também, muitas Assembleias do Brasil afora já fazem. Vamos concentrar esforços pra que isso funcione com efetividade, com dias determinados para as sessões, pode até ter sua sessão ordinária estabelecida, mas se quiserem de forma colegiada convocar uma extraordinária como também faz o Parlamento para discutir projetos, analisar projetos que estejam tramitando na Casa, quais são as ideias que eles apresentam, quais as emendas supressivas ou qualquer outra, as sugestões, para que eles sintam realmente não só nosso trabalho, mas essencialmente o interesse pela política, porque, não tenha a menor dúvida, ele vai desenvolver o senso crítico, um cidadão preparado para dar sua contribuição significativa para o bem comum. Obrigado.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – O Dr. Florian veio a esta Casa nos fazer uma visita, e eu já o atropelarei para pedir que ele falasse um pouco sobre a Escola do Legislativo, da sua função e da sua responsabilidade. Lembro aos Senhores Deputados que hoje às 18 horas haverá o Seminário de Responsabilidade Fiscal, amanhã o Seminário de Legislação Eleitoral. Como disse o Dr. Florian, esses seminários, a ação da ESCOLEGIS é voltada para os servidores do legislativo desta Casa, que é a mais transparente. E é mesmo, pois todo mundo briga com a gente, diz o que pensa, crítica, e a gente está aqui mostrando a cara, para que possa sair daqui uma boa impressão, uma visão real do legislativo. O curso de Legislação Eleitoral é importante para o nosso servidor, para nosso gabinete, que, uma vez melhor respaldado, nos orientará sobre o que podemos ou não fazer. Portanto, pedimos que os nossos gabinetes participem desses cursos. A Assembleia, através da ESCOLEGIS, através da UNISUL do ensino à distância já contam 18 servidores graduados e 05 servidores pós-graduados. Então, Dr. Florian, há pouco, em visita à Assembleia do Ceará, observei a construção do prédio da Universidade do Legislativo. Isso significa que as ESCOLEGIS são instituições bastante fortes, a Universidade está aí, a ESCOLEGIS está chegando lá para todos os servidores da Assembleia Legislativa terem acesso às outras Assembleias, para a troca de informações e experiências. Informo que o Doutor Florian estará conosco à noite no nosso seminário. É uma pessoa que a gente já conhece, é um sacerdote na questão da educação, através das Escolas Legislativa, desde a criação da primeira escola. Ele está à disposição de todos para conversar. Convido todos a participarem. Agradeço ao Senhor por ter vindo conversar aqui com os presentes. Nesta Casa tem uma turma de Deputados muita boa, dedicada, cada um tem um pouco ou muito de responsabilidade com a Escola do Legislativa que é nossa escola.

Então, agradeço ao Doutor Florian, e na abertura do Seminário

vamos estar lá, o Senhor será sempre bem-vindo.

Doutor, muito obrigado, e seja sempre bem-vindo a esta Casa. Parabéns, Deputada Ângela, pelo esforço.

Como não temos quorum para deliberar matérias da pauta do dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Convoco os membros da Comissão de Segurança e Administração Pública para reunião logo após o término da sessão, haja vista, ter requerimento em pauta e quorum para deliberarmos.

A Senhora Presidente (**Aurelina Medeiros**) – Não havendo mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, e convoco outra para o dia 06, à hora regimental.

Estiveram presentes à Sessão os Senhores Deputados:

Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portella, Gabriel Picanço, Jânio Xingu, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai, Rodrigo Jucá e Sargento Damosiel, Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 06/03/12

ATAS COMISSÕES

SUPERINTENDÊNCIA LEGISLATIVA
 COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E DAS
 MINORIAS

TERMO DE REUNIÃO Nº 001/12

10 DE ABRIL DE 2012.

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, deixou de se reunir esta Comissão, por falta de quorum regimental. A reunião foi convocada nos termos do Edital de Convocação nº 001/2012, de 09 de abril do corrente para deliberar sobre as seguintes Matérias: **Processo nº 01/2006**, de autoria da Defensora Lenir Rodrigues Luitgards Moura, que, “denuncia que o presídio feminino não oferece condições adequadas de segurança quanto a prevenção de incêndios e situações de pânico”; e **Processo nº 004/11**, de autoria do Senhor Lauro José de Albuquerque Prestes, que, “denuncia ato discriminatório em seleção de concurso público para professor de 3º grau da Universidade Estadual de Roraima - UERR e Universidade Federal de Roraima - UFRR”. E, para constar, eu, Francisco Martinho Torres, secretário, lavrei o presente Termo, que será assinado pelo Senhor Presidente e encaminhado à publicação.

Jânio Xingu

Presidente da Comissão

ATA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E POLÍTICA RURAL. REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM CATORZE DE MARÇO DE 2012.

Aos catorze dias do mês de março de dois mil e doze, às quinze horas e vinte e cinco minutos, na Sala de Reuniões, nos autos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa de Leis, sito à Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro, reuniu-se a Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural sob a Presidência do Senhor Deputado Gabriel Picanço, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares: **Erci de Moraes, Angela Águida Portella e Bito Bezerra**. Ausente o Senhor Deputado Naldo da Loteria. **Abertura:** Havendo quórum regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a Reunião e passou ao exame da Ata da Reunião anterior. A Requerimento da Senhora Deputada Angela Águida Portella foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros presentes na Comissão. **Ordem do dia:** Não houve. **Expediente:** O Senhor Presidente comunicou aos Membros da Comissão que o objetivo da Reunião seria discutir assuntos relacionados com o Simpósio da Agricultura, a ser realizado na primeira quinzena de abril. Em seguida, passou a palavra para o Deputado Erci de Moraes, que solicitou aos Membros e colaboradores serem bastante objetivos, considerando o tempo, e todos deveriam avançar. Informou que o Professor Doutor Aimerê Soares de Freitas iria, a partir daquela data, ajudar na realização do evento, por iniciativa dos Membros da Comissão e do Presidente Chico Gerra, e ele seria o braço direito dos atos e fatos a serem desenvolvidos no Simpósio. Informou ainda, que o Senhor Governador estaria na abertura do Simpósio, para acompanhar os termos propostos para o evento, de forma que o Poder Executivo possa decidir

sobre o que for necessário implementar. Detalhou os procedimentos a serem desenvolvidos no evento, relacionou as Instituições que irão participar, os possíveis palestrantes e os assuntos a serem abordados. Dando continuidade, o Professor Doutor Aimerê Soares de Freitas expôs seu propósito em colaborar na organização do evento. E, devido a diversas funções exercidas tem experiência de longa data, e que a cultura da psicultura em Roraima foi iniciativa dele. Acha que a Assembleia tem a oportunidade enorme de contribuição para o Estado. Quanto aos palestrantes, independente do tema, fará um diagnóstico da parte que lhe couber, e no final, compilados os resultados dos temas desenvolvidos, será elaborada a carta da agricultura em Roraima, por um grupo de pessoas previamente designadas. Destacou o atual momento que exige preocupação com o mercado que absorva o que for produzido no Estado, para sair desse mercado tímido que hoje só encontra saída para o Amazonas. Sugeriu a pensar em um mercado de larga escala, mesmo que seja uma prospecção. Com base em sua experiência, como secretário de agricultura por duas vezes, se disponibilizou a colaborar com o Simpósio, mas o mérito ficaria com os Deputados que tiveram a idéia e dar o significativo salto para a modernidade. Colocou-se à disposição para, juntamente com a servidora Tiana Brazão, realizar um trabalho satisfatório. Em continuidade, a servidora Tiana Brazão informou que, no primeiro Simpósio, os trabalhos se encerraram no segundo dia, e que a Superintendência Legislativa deu todo o suporte logístico. Já no Simpósio do Trânsito, cada instituição ligada ao trânsito, indicou um técnico que recebia todas as sugestões, e no final submetidas à votação. **Encerramento:** Às dezesseis horas e trinta minutos, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a Reunião, e, para constar, eu, Francisco Martinho Torres, Secretário, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Gabriel Picanço

Presidente da Comissão

Aprovada em: 02/04/12

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA EM 27 DE MARÇO DE 2012.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil, às onze horas e trinta e cinco minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, extraordinariamente a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas e Flamarion Portella. Ausente o Senhor Deputado Jaiser Renier. Antes da abertura dos trabalhos o Senhor Presidente registrou a presença dos Senhores Parlamentares Soldado Sampaio, Joaquim Ruiz, Gabriel Picanço e Ângela Águida Portella. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado **Chicão da Silveira**, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia:** 01) **Projeto de Lei nº 004/10**, de autoria do Deputado Sargento Damosiel, que, “Dispõe sobre a instituição de normas de segurança pública para a realização de grandes eventos (shows) em local de propriedade do Poder Público, e dá outras providências.” Relator, Deputado Flamarion Portella. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Durante a discussão o Senhor Deputado Brito Bezerra em questão de ordem solicitou vistas à Matéria, ao qual foi concedido dentro do prazo regimental. 02) **Projeto de Lei nº 061/11**, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, que, “Assegura aos candidatos a concurso para cargo ou emprego no serviço público estadual, seguidores de denominação religiosa que guarda o sábados, o direito de realizar as provas em horário compatível com as normas que professam.” Relator, Deputado Flamarion Portella. Parecer Contrário, por ser inconstitucional. Durante a discussão o autor da matéria solicitou retirada de pauta da Comissão, concedida pela Comissão. 03) **Projeto de Lei nº 069/11**, de autoria do Deputado Dhiego Coelho, que, “Autoriza o Poder Executivo a criar a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação.” Relator, Deputado Brito Bezerra. Parecer Favorável. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. 04) **Projeto de Lei nº 086/11**, de autoria do Deputado **Jânio Xingu**, que, “Dispõe sobre a obrigatoriedade das Empresas vencedoras de licitações públicas, no âmbito do Estado de Roraima, a reservarem até 5% do

total de vagas existentes na contratação de obras e de serviços aos sentenciados, e dá outras providências.” Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Contrário. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. **05) Projeto de Lei nº 091/11**, de autoria do Deputado Dhiego Coelho, que, “Autoriza o Poder Executivo, instituir o Programa de Parcelamento Especial no Estado de Roraima, para liquidação de débito fiscais relacionados com o imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação-ICMS.” Relator, Deputado Jalsler Renier. Parecer Contrário. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. **06) Projeto de Lei nº 096/11**, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá, que, “Institui o Programa Estadual de Fortalecimento da Atenção Básica a Saúde.” Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável, com Emenda Modificativa ao art. 3º. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. **07) Projeto de Lei nº 097/11**, de autoria do Deputado Rodrigo Jucá, que, “Dispõe sobre a isenção do ICMS para a compra de material de construção para habitações populares.” Relator, Deputado Brito Bezerra. Parecer Favorável. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. **08) Projeto de Lei nº 099/11**, de autoria do Deputado Mecias de Jesus, que, “Autoriza o Poder Executivo Estadual a instituir o sistema de bolsa de estudo para o ingresso em Ensino Superior destinado aos integrantes das Polícias Civil e Militar.” Relator, Deputado Jalsler Renier. Parecer Contrário. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. **09) Projeto de Decreto Legislativo nº 022/11**, de autoria dos Deputados Francisco de Sales Guerra Neto e Mecias de Jesus, que, “Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Agapão - SEEAG.” Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. **10) Projeto de Decreto Legislativo nº 001/12**, de autoria do Deputado Remídio Monai, que, “Declara de utilidade pública a Associação Recreativa Xamego” Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. **11) Projeto de Resolução Legislativa nº 030/11**, de autoria do Deputado Brito Bezerra, que, “Suprime a alínea “e” do art. 248 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.” Relator, Deputado Chicão da Silveira. Parecer Favorável. Esta Proposição foi transferida para ordem do dia do dia 29/03/12, quinta-feira, conforme entendimento da Comissão. **12) Mensagem Governamental de Veto nº 007/12**, que, “Veta totalmente o Projeto ao Projeto de Lei Complementar nº 029/11, de autoria do Poder Executivo, que, “Institui o Estatuto dos Militares do Estado de Roraima em consonância com as disposições do art. 142, § 3º, inciso X, e art. 42, § 1º, ambos da Constituição Federal de 1988 e art. 13, inciso XVII, e artigos 28 e 29 da Constituição Estadual, e dá outras providências.” Relator, Deputado Coronel Chagas. Durante a discussão do Parecer a Senhora Deputada Aurelina Medeiros em questão de ordem solicitou vistas à Matéria, sendo concedido pela Comissão dentro do prazo Regimental. **Encerramento:** O Senhor Presidente, não havendo mais nada a tratar, encerrou a reunião às doze horas e trinta e cinco minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 28/03/12

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL REUNIÃO ORDINÁRIA,

REALIZADA EM 03 DE ABRIL DE 2012.

Aos três dias do mês de abril do ano de dois mil e doze, às doze horas e vinte minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniu-se, Ordinariamente, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final, sob a Presidência do Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente desta Comissão, com a presença dos Senhores Deputados, Membros Titulares, **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chicão da Silveira, Coronel Chagas e Jalsler Renier**. Ausente o Senhor Deputado **Flamarion Portela**. Antes da abertura dos trabalhos, o Senhor Presidente registrou a presença dos Senhores Parlamentares Soldado Sampaio e Ângela Águida Portella. **Abertura:** Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, ao declarar aberta a Reunião, solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. A Requerimento do Senhor Deputado Chicão da

Silveira, foi dispensada a leitura da Ata, tendo em vista a distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão para conhecimento do seu teor. Logo após, o Senhor Presidente colocou a Ata em discussão. Não havendo nenhuma retificação por parte dos Membros, submeteu-a à votação, sendo aprovada pelos Membros presentes na Comissão. **Expediente:** Não houve. **Ordem do Dia: Mensagem Governamental de Veto nº 007/12**, que, “Veta parcialmente o Projeto ao Projeto de Lei Complementar nº 029/11, de autoria do Poder Executivo, que “Institui o Estatuto dos Militares do Estado de Roraima em consonância com as disposições do art. 142, § 3º, inciso X, e art. 42, § 1º, ambos da Constituição Federal de 1988, e art. 13, inciso XVII, e artigos 28 e 29 da Constituição Estadual, e dá outras providências”. Relator, Deputado Coronel Chagas. Parecer parcial. Prosseguindo o Senhor Presidente solicitou à Deputada **Aurelina Medeiros** a Mensagem Governamental de Veto que se encontrava em seu poder, com pedido de vistas. A Parlamentar, ao devolver a Matéria à Comissão, informou que pediu vistas devido à diversidades de questionamentos e por não conhecer devidamente o teor do Veto, informando que durante o Pedido de Vistas, encaminhou a Proposição à Consultoria Jurídica desta Casa, solicitando uma reunião com a Procuradoria Geral do Estado-PROGE e o Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER, tendo em vista que as contestações desta Matéria ficam em torno de Leis Previdenciárias. A Senhora Parlamentar afirmou que a reunião aconteceu mas quando recebeu o Veto não constatou nos autos o parecer que havia solicitado, teve informações que o Consultor Jurídico para quem solicitou a análise, estava viajando, portanto, nada acrescentou à Matéria. Logo após, o Senhor Presidente agradeceu a atenção da Deputada **Aurelina Medeiros**, e submeteu a Matéria à discussão. O Senhor Relator, **Coronel Chagas**, ao discuti-la, informou à Comissão e a esta Casa que seu parecer e voto foram pela rejeição de alguns dispositivos e pela manutenção de três vetos que foram feitos ao § 2º do art. 63; Inciso III do art. 121; e Art. 129. Destacou que existem na Proposição questões emblemáticas, principalmente no tocante à questão previdenciária. Ressaltou que, durante o prazo de pedido de vistas da Deputada **Aurelina Medeiros** e durante o período de sua relatoria, participou de diversas discussões com a equipe técnica do Governo, com a PROGE, IPER e com o próprio Governador em conjunto com a Deputada **Aurelina Medeiros**, com o Comandante da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, com base nessas conversas e discussões foi elaborado este parecer. O Senhor Relator informou que, em uma reunião anterior com a Equipe Técnica do Governo, ficou definido que uns dos dispositivos que haviam sido objeto de veto, seriam apresentados em outro Projeto de Lei Complementar, nesta Casa, com a redação mais aperfeiçoada no sentido de retomar a questão da promoção por 29 anos e 6 meses, e, disse que a Matéria já deu entrada nesta Casa. Conforme o Senhor Relator, houve um avanço, o Governador verificou que se tratava de um direito consagrado e que não tem nada a ver com a questão previdenciária. Continuando, disse que, no tocante ao segundo destaque do seu parecer, não foi possível a questão previdenciária avançar, não houve entendimento, mas o Governo afirmou que, no prazo máximo de 6 meses, apresentaria a este Poder Projeto de Lei tratando dessa questão, que se refere à aposentadoria por tempo integral, a contagem em dobra da licença especial não gozada, que é uma questão que ocorre com todos os servidores, inclusive, os civis, que é a questão da reforma, a questão da promoção pós-morte. Em conversa com a Procuradora do IPER, foi informado que no Estado do Amazonas não existe, esse assunto, mas teve o cuidado de buscar e constatou que existe, não só na Lei Previdenciária da PM mas também na Constituição daquele Estado, que está equivocada. Com relação ao Segundo Destaque, o Senhor Relator informou que não houve avanço, na questão previdenciária, tendo em vista que o Governo tem que fazer cálculos atuariais para verificar o percentual com qual os militares terão que contribuir a mais para terem o direito à aposentaria integral, como de fato deve ser, como aconteceu com as Forças Armadas e com a própria Polícia Militar do ex-Território de Roraima, que contribuíam com cerca de 2% (dois por cento), e passaram a contribuir com 7,5% (sete e meio por cento). São questões que devem ser observadas, levando em consideração a Proposta de Emenda à Constituição, aprovada semana passada pelo Congresso Nacional, e também o Projeto de Lei Complementar que deve ser sancionado em breve, que trata desta questão que a PROGE e o IPER entendem que é necessário discutir melhor. Então, não houve um avanço na questão previdenciária, apenas com relação à promoção de 29 anos e 6 meses (vinte e nove anos e seis meses). Ressaltou que o Governo vai encaminhar para esta Casa, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, com base na PEC e no Projeto de Lei Complementar que foram aprovados pelo Congresso Nacional. Por último, o Senhor Relator se pronunciou em relação ao

terceiro destaque em seu parecer, e que concorda com o parecer da Consultoria Jurídica desta Casa no sentido de manter os vetos. O Senhor Presidente franqueou a palavra ao Senhor Deputado Soldado Sampaio pelo tempo regimental de 5 (cinco) minutos. O Senhor Parlamentar agradeceu a atenção para poder contribuir com a Comissão, manifestou-se preocupado quanto ao entendimento havido entre a Oposição e o Grupo G-5, que estavam trabalhando para a derrubada do Veto. Conforme sabedor tanto da competência do senhor Relator em proferir o minucioso parecer, demonstrado na reunião anterior desta Comissão, como da coerência e do posicionamento, teve que concordar com 3 (três) vetos, disse que o Governador estava certo, por entender que não estava amparado com a legalidade. Destacou, ainda, embora que houvesse um entendimento anterior, porém no momento não está sendo cumprido. Mesmo não sendo Membro desta Comissão, solicitou estender o prazo para discussão da matéria, por desconhecer o que foi acrescentado. Referiu-se à PROGE e ao IPERR que não apresentaram nada sólido por escrito a esta Comissão, para que pudessem redefinir o posicionamento, foram chamados pela Deputada Aurelina Medeiros durante o pedido de vistas, sendo que foi garantido construir uma nova Legislação, em determinado prazo, e questionou a garantia da questão. O Senhor Parlamentar solicitou ao Relator deixar bem claro o que está sendo votado, se houve nova proposta, e que, se não houver entendimento, deverão sentar-se novamente para discutir o entendimento político entre oposição, alguns Deputados da base governista, G-5 e o Senhor Relator, para que a Mensagem Governamental de Veto possa ser deliberada na Sessão do dia 04 de abril do corrente, ressaltando que se não houver clareza no que for votado, serão usados outros mecanismos regimentais como adiamento de discussão e de votação. A pauta já está trancada e permanecerá até que se resolva esta questão. Logo após a fala do Deputado Soldado Sampaio, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros, em questão de ordem, informou que solicitou a PROGE e ao IPERR, uma reunião com a Consultoria Jurídica deste Poder para rever as razões do Veto, e acrescentou que ela não fez novo relatório, mas nova análise dos artigos, incisos e alíneas vetados, por falha da **Consultoria Jurídica** foi acostado aos autos da Matéria. Prosseguindo o Senhor Relator informou ao Deputado Soldado Sampaio que o parecer permanece o mesmo, dos 14 dispositivos vetados sob a alegação de inconstitucionalidade de acordo com o parecer jurídico desta Casa e de estudos que esta Relatoria fez, apenas três efetivamente são inconstitucionais, e quanto aos restantes dos vetos, este Relator apresentou destaques: **Primeiro Destaque** - aos §§ 1º e 2º do art. 60, que não tratam da questão previdenciária e sim da aposentadoria de 29 anos e seis meses. Foi proposto por este Relator a derrubada dos vetos. Já no **Segundo Destaque** que trata da questão previdenciária, foi sugerido, também, derrubada dos Vetos à alínea “g”, do inciso III, do art. 59; § 1º do art. 63; Art. 66; Art. 70 e respectivo parágrafo único; Inciso IV do art. 73; § 4º do art. 7º; Art. 120 e seus §§; Incisos I e II do art. 121; § 1º do art. 143; Inciso II do art. 144; e Parágrafo único do art. 159. No entanto, o Relator foi buscar entendimento com o Governador para que ele autorize também a derrubada dos vetos junto à base aliada, mas só houve entendimento apenas com a derrubada dos §§ 1º e 2º do art. 60, contudo se comprometeu em apresentar uma Proposição mais aperfeiçoada, que foi lida nesta Sessão. Então, derrubando ou mantendo o Veto aos §§ 1º e 2º do art. 60, no seu entendimento, não vai fazer nenhuma diferença. Com relação ao segundo destaque, não houve avanço na discussão, porque a PROGE e o IPER entendem que, para tratar desses artigos, é necessário apresentar Projetos individuais para cada assunto, com base na PEC que foi aprovada semana passada no Congresso Nacional, e do Projeto de Lei Complementar, que também veda a aposentadoria integral para aqueles que ingressarem no serviço público, a partir de agora. Essas questões, segundo a PROGE e o IPER, devem ser analisadas através dessas Proposições, e afirmou que mantém o seu parecer da forma como foi colocado, com três destaques, e, após analisado e votado na Comissão, será submetido ao Plenário. A seguir, o Senhor Presidente declarou encerrada a fase de discussão e informou ter recebido dos Senhores Tenente Cel. Rebouças da Polícia Militar e Tenente Cel. Clediomar do Corpo de Bombeiros manifestação na defesa da obtenção da promoção dos 29 anos e 06 meses, determinou que a manifestação fosse anexada a ata desta reunião. Manifestação anexa. Prosseguindo, o Senhor Presidente, colocou os destaques do parecer do Senhor Relator em votação nominal e informou que seria em três etapas e orientou a forma de votação: votando sim, derrubariam o veto e votando não, manteriam o Veto. **Primeiro destaque:** aos §§ 1º e 2º do art. 60. Posto em votação, a Senhora Deputada Aurelina Medeiros justificou o seu voto, informando que o texto encaminhado na proposta original se limita ao efetivo da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, prejudica quem vem do Exército, por

exemplo, das Forças Armadas, que é serviço militar. Então o texto do Governo fica prejudicado. Continuando se referiu à Emenda Constitucional de autoria desta Casa onde cita 29 anos e 6 meses de serviço, deixando em aberto a qualquer cidadão que ingressar na Corporação trazer tempo de serviço, de outros vínculos empregatícios para depois contar como tempo de serviço dentro da Corporação, futuramente haverá problema com a Previdência. Após justificar, votou pela manutenção dos vetos, com aprovação da Lei que corrigirá esses posicionamentos. Na sequência o Senhor Presidente deu continuidade à votação e, ao concluí-la registrou a manutenção do primeiro destaque por dois votos a três. O Senhor Presidente passou à votação do **segundo destaque**, informando que o posicionamento do Relator é pela derrubada dos vetos: A alínea “g”, do inciso III, do art. 59; § 1º do art. 63; Art. 66; Art. 70 e respectivo parágrafo único; Inciso IV do art. 73; § 4º do art. 7; Art. 120 e seus §§; Incisos I e II do art. 121; § 1º do art. 143; Inciso II do art. 144; e Parágrafo único do art. 159. Procedida a votação, os Senhores Membros presentes foram contrários à derrubada do Veto por dois votos a três. A seguir, procedeu-se a votação do **terceiro destaque:** ao § 2º do art. 63; Inciso III do art. 121; e art. 129, pela manutenção dos vetos. Concluída a votação, os Senhores Membros aprovaram o destaque do Senhor Relator por cinco votos a zero. Portanto, os vetos foram mantidos. O Senhor Presidente informou à Comissão que todos os vetos foram mantidos, e determinou à assessoria desta Comissão encaminhar a Proposição ao Plenário desta Casa para inclusão na ordem do dia. **Encerramento:** O Senhor Presidente, não havendo mais nada a tratar, encerrou a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 10/04/12

REUNIÃO CONJUNTA DAS COMISSÕES PERMANENTES REALIZADA EM 13 DE MARÇO DE 2012.

Aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e doze, às dez horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, desta Casa Legislativa, sito a Praça do Centro Cívico, 202, reuniram-se, extraordinariamente às Comissões em Conjunto, conforme preceituam os artigos 50 e 56 do Regimento Interno desta Casa de Leis. Assumida a Presidência da Comissão o Senhor Deputado Rodrigo Jucá, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final. **Abertura:** O Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à verificação de quorum, constatada a presença de 15 Deputados, portanto, número regimental suficiente para declarar a abertura dos trabalhos. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou à Secretária desta Comissão proceder à leitura da Ata da reunião anterior. Conforme Requerimento verbal do Senhor Deputado **Chicão da Silveira** foi dispensada a leitura, cujo teor já era do conhecimento dos Senhores Deputados devido à distribuição de cópias, com antecedência, a todos os Membros da Comissão. Acatada a questão de ordem, a Ata foi submetida à discussão e, como não houve nenhuma retificação por parte dos Membros, foi submetida à votação, sendo aprovada por unanimidade dos Senhores Membros da Comissão. **Expediente:** Dando continuidade à reunião, o Senhor Presidente constatou na Mesa dos trabalhos o **Projeto de Lei nº 006/12**, de autoria do Tribunal de Contas, que, “Dispõe sobre a revisão geral anual dos vencimentos e proventos dos servidores públicos do Tribunal de Contas do Estado, e dá outras providências”. O Senhor Presidente, no uso de suas atribuições legais, designou o Senhor Deputado **Erci de Moraes**, para relatar a Matéria. Após a designação, o Senhor Presidente suspendeu a Reunião pelo tempo necessário para que o Senhor Relator emitisse o Parecer. Após o tempo estipulado, reabertos os trabalhos, o Senhor Presidente constatou na Ordem do Dia a Proposição analisada pelo Relator, ao qual solicitou proceder à leitura do parecer. Feita a leitura, foi submetido à discussão. Não havendo discussão o parecer foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade dos Membros presentes na reunião. **Encerramento:** O Senhor Presidente, nada mais havendo a tratar, encerrou a reunião às onze horas. E, para constar, eu, Gizelda Pinheiro de Barros, Secretária, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e encaminhada à publicação.

Rodrigo Jucá

Presidente da Comissão

Aprovada em: 12/04/12